Relatório de Gestão

2020-2022

@ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE 2022
Av. Rui Barbosa, 215 - Tirol - Natal-RN – CEP 59015-290
Telefone: +55(84) 3654-6000

EDIÇÃO | PROJETO GRÁFICO | REVISÃO
Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial

TEXTOS-BASE
Diretoria-Geral
Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
Secretaria Judiciária
Secretaria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Tecnologia da Informação e Eleições
*
Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica
Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial
Auditoria Interna
*
Ouvidoria
Escola Judiciária Eleitoral

PREPARAÇÃO DE CONTEÚDO
Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica

A revisão deste relatório tem como principal referência as recomendações do *Manual de Revisão e Padronização de Publicações do TSE*. A pontuação considerou as anotações do gramático Celso Pedro Luft, sobretudo quanto ao uso da vírgula.

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

Relatório de gestão : 2020-2022 / Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. – Natal : TRE-RN, 2022.

100 p.

ISBN 9798844576065

1. Justiça Eleitoral – Brasil. 2. Relatório – Administração Pública.

2. Gestão Pública. I. Título. II. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

CDD 341.41098132

Tribunal Regional Eleitoral
Rio Grande do Norte

Relatório de Gestão 2020-2022

Desembargador
Gilson Barbosa de Albuquerque
Presidente

Desafio histórico, dever cumprido

"**A gestão das atividades** eleitorais no período eleitoral em plena pandemia, além de nosso principal contratempo administrativo no ano de 2020, foi um desafio histórico superado pela instituição e por seus servidores com a determinação e a grandeza que se espera dos grandes colaboradores do país."

Inicio esta mensagem com o sentimento de dever cumprido. Digo isso porque conduzi o Tribunal consoante me propus, isto é, pautei minhas ações na legalidade, na transparência, no respeito à coisa pública e no compromisso em bem representar o Regional perante a comunidade jurídica e o jurisdicionado.

Todos os que acompanharam esta gestão sabem que sempre dividi com os membros do Colegiado não só as decisões complexas, mas também os louros, quando vieram as conquistas.

Obviamente que os prêmios são decorrentes também do zelo, da dedicação e da competência dos servidores e colaboradores deste Tribunal. Foram estes os reconhecimentos:

2020

- 1º lugar no Índice de Governança de TIC do Poder Judiciário;
- Categoria Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade;
- 11º lugar, entre os TREs, no 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário;
- 3º lugar, entre os TREs, em execução orçamentária – 2020.

2021

- 2º lugar no Ranking da Transparência do Poder Judiciário;
- Categoria Prata no Prêmio CNJ de Qualidade;
- 3º lugar, entre os TREs, em execução orçamentária.

2022

- Categoria especial do ramo da Justiça Eleitoral no I Prêmio da Memória do Poder Judiciário;
- Menção honrosa no I Prêmio da Memória do Poder Judiciário.

Em todas as minhas falas, ressalto o valor do corpo funcional desta instituição. Foi por conta desse comprometimento de todos os que integram o Judiciário Eleitoral do Rio Grande do Norte – os quais permaneceram exercendo as suas atividades remotamente – que durante a epidemia do novo coronavírus não houve qualquer prejuízo à qualidade dos serviços, à produtividade e à eficiência no cumprimento do mister institucional.

Outro ponto importante nesta gestão foi a aprovação do Plano Estratégico Institucional para o

sexênio 2021-2026, balizador das iniciativas de curto, médio e longo prazos voltadas ao desenvolvimento das áreas de Tecnologia da Informação e de Pessoal.

Importante destacar a adesão do Tribunal ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção, em 2021; o fortalecimento da responsabilidade socioambiental (com a incorporação, ao Plano Estratégico institucional, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, pactuada entre esse organismo internacional e o Judiciário brasileiro em 2019); a implantação de serviços digitais segundo a linha do Programa Justiça 4.0 (Balcão Virtual e Juízo 100% Digital), além do cumprimento das metas anuais do Conselho Nacional de Justiça, dentre outras ações.

Composição da Corte – Eleições 2020: Ronaldo Chaves (procurador regional eleitoral), Adriana Magalhães (juíza), Ricardo Tinôco (juiz), des. Claudio Santos (vice-presidente e corregedor), des. Gílson Barbosa (presidente), Carlos Wagner (juiz), Geraldo Motta (juiz), Fernando Jales (juiz) e Yvette Guerreiro (diretora-geral)

No tocante às eleições de 2020, o Tribunal, assim como todos os outros regionais, enfrentou um grande desafio por conta da pandemia da Covid-19 – e o TRE-RN, ao adotar os cuidados sanitários necessários, saiu-se muito bem, mais uma vez, a despeito da pandemia que assolou o mundo.

Quanto às eleições deste ano, o Plano Integrado das Eleições Gerais de 2022 está em curso e estou certo de que teremos pleno êxito na realização do pleito que se avizinha. Permanecerei aqui até o dia 31 de agosto, e até lá continuarei com os mesmos princípios e as mesmas atitudes, quais sejam: o cuidado com a coisa pública, a gestão do orçamento pautada na responsabilidade e na legalidade, e o respeito à Constituição Federal e às leis em geral, de forma a garantir que o TRE-RN mantenha perante a sociedade a imagem de uma justiça que trabalha com qualidade e empenho para cumprir seu papel institucional, legal e constitucional.

Por fim, imprimi com afinco uma gestão que respeitou os princípios norteadores da Administração Pública, sob os vieses da publicidade e da fiscalização, além de contribuir para o fortalecimento da eficiência e da transparência, para o controle social e para o exercício pleno da cidadania, sempre buscando entregar uma prestação jurisdicional cada vez mais efetiva à sociedade potiguar.

Meu muito obrigado a todos os que contribuíram para os acertos da gestão 2020-2022 e para o engrandecimento do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

Justiça íntegra, inovadora, eficaz e efetiva

"**Fator primordial** para o alcance de um resultado satisfatório foi o alinhamento do TRE-RN com o Tribunal Superior Eleitoral, parceria que garantiu o sucesso na realização do pleito de 2020, evidenciando a importância de ações conjuntas no que diz respeito ao enfrentamento da desinformação e à implementação do Plano de Segurança Sanitária para as Eleições."

Yvette Bezerra Guerreiro Maia
Diretora-Geral

Mais uma gestão jurisdicional e administrativa deixará o seu registro na história da Justiça Eleitoral potiguar. O período compreendido entre 1º de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2022 sela a trajetória dos trabalhos desenvolvidos pelo desembargador-presidente Gilson Barbosa, que confiou a esta servidora o exercício do cargo de diretora-geral, ladeada por tantos outros colegas que desempenharam o seu mister com esmero e dedicação para o bom êxito da gestão 2020-2022 – e estão convictos de que realizaram o melhor de si em prol do fortalecimento da democracia no país.

Dentre tantos desafios superados pelo corpo de servidores desta Casa, a realização das Eleições Municipais de 2020 foi, sem sombra de dúvida, o maior deles, pois em meio ao período pandêmico da Covid-19, novos procedimentos precisaram ser adotados e outros modificados, sem margem de tempo para a elaboração de um novo planejamento.

Fator primordial para o alcance de um resultado satisfatório foi o alinhamento do TRE-RN com o Tribunal Superior Eleitoral, parceria que garantiu o sucesso na realização do pleito de 2020, evidenciando a importância da realização de ações conjuntas no que diz respeito ao enfrentamento da desinformação e à implementação do Plano de Segurança Sanitária para as Eleições.

Tornou-se iminente repensar alguns processos de trabalho até então rotineiros, como as novas contratações e a questão logística. Também foi preciso incrementar o quantitativo de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), que tiveram por objetivo garantir o exercício da democracia num ambiente seguro. Ademais, houve o necessário cumprimento do Plano de Segurança Sanitária da Justiça Eleitoral, não se medindo esforços para que o eleitor pudesse ir às urnas com segurança nos dias 15 e 29 de novembro de 2020, de modo a preservar a saúde das pessoas envolvidas no processo, incluindo servidores, magistrados, mesários e colaboradores voluntários.

A concretização das fases do processo eleitoral foi garantida por instrumentos tecnológicos e ferramentas de atendimento virtual à sociedade. O

Um grupo de gestores conscientes de sua missão e compromissados com os resultados da Administração possibilitou ao TRE-RN superar os grandes desafios impostos por um dos períodos mais críticos da história do país.

Merecem destaque as palavras do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Edson Fachin:

"A Justiça Eleitoral mostrou toda a força que tem na reta final do cadastro eleitoral para as Eleições 2022".

registro de candidaturas também foi viabilizado de forma virtual, assim como o procedimento de prestação de contas. Partidos e candidatos receberam capacitação online e várias publicações específicas sobre os mais diversos temas que envolveram o pleito foram disponibilizadas de forma digital. Além disso, as solenidades de diplomação dos eleitos, predominantemente, foram realizadas de forma virtual pelos cartórios eleitorais, bem como a emissão dos respectivos certificados.

Vários foram os desafios ultrapassados a partir das inovações tecnológicas ocorridas no âmbito da Justiça Eleitoral. Nessa seara, destacou-se o lançamento, em 29 de outubro de 2020, da assistente virtual Celina (nome atribuído em homenagem à natalense Celina Guimarães, primeira mulher a exercer o direito de voto no Brasil). Desse modo, tornou-se possível esclarecer, com uso de Inteligência Artificial, as principais dúvidas dos eleitores quanto aos procedimentos e serviços prestados pelo TRE-RN. Na sequência dos trabalhos empreendidos e contínuos, foi apresentada à sociedade, em maio de 2022, uma nova versão da assistente virtual, disponível no site do Tribunal e no aplicativo Telegram, e acessível por celular, tablet ou computador.

Nesse caminho sem volta, esta justiça especializada permanece em constante aprimoramento tecnológico, a fim de viabilizar a celeridade das ações e decisões judiciais e administrativas e de realizar ações voltadas à educação política da sociedade. No último período de alistamento eleitoral para as Eleições 2022, encerrado no dia 4 de maio, esse esforço se refletiu no crescimento dos pedidos de inscrição eleitoral entre os brasileiros mais jovens e no significativo volume de atendimentos, em apenas um dia, pelo Regional potiguar – seja na modalidade presencial, nos cartórios eleitorais, pelo sistema Elo (9.002), ou no formato virtual, pelo Sistema Título Net (22.949).

Sobre a atuação da Justiça Eleitoral nesse período, merecem destaque as palavras do entâo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Edson Fachin: "A Justiça Eleitoral mostrou toda a força que tem nessa reta final do cadastro eleitoral para as Eleições 2022".

Portanto, o pleno êxito das Eleições Municipais de 2020 e as lições aprendidas fomentaram a construção do planejamento para o pleito de 2 de outubro de 2022. Nesse sentido, a Administração recebeu, em 13 de dezembro de 2021, no Centro de Operações da Justiça Eleitoral (Coje), os juízes eleitorais, os chefes de cartórios das 60 zonas eleitorais do Estado e demais servidores da Secretaria do Tribunal para a apresentação oficial do Plano Integrado das Eleições 2022 (Pielei), que se encontra em plena execução e em breve será apresentado aos próximos dirigentes, para o prosseguimento dos trabalhos.

Na esteira dos preceitos dispostos na Resolução-TRE-RN nº 39/2020, que dispõe sobre o Plano de Gestão do Biênio 2020-2022, esta Diretoria-Geral procurou assegurar o alinhamento de suas ações com o planejamento estratégico do Regional, aprovado pela norma resolutiva nº 49/2021, e ainda observar os macrodesafios do Poder Judiciário 2021-2026, definidos na Resolução-CNJ nº 325/2020, promovendo a integração dessas ações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que compõem a Agenda 2030 da ONU.

No que concerne ao aprimoramento da Governança, um importante trabalho de condução e acompanhamento dos processos foi realizado durante esta gestão, cujos resultados em 2021 demonstraram crescimento nos índices do Prêmio CNJ de Qualidade entre os exercícios de 2020 (78,14%) e 2021 (80,40%), evidenciando os avanços alcançados, o que culminou no recebimento do Selo Prata na premiação.

Outro resultado relevante para o TRE-RN foi a conquista do 2º lugar no Ranking da Transparência do Conselho Nacional de Justiça em 2021, dentre os 92 Tribunais do Poder Judiciário do país, demonstrando o cumprimento de 82 dos 83 requisitos apresentados (99,48% dos critérios de avaliação).

Em maio de 2022, o Tribunal conquistou duas premiações no I Prêmio da Memória do Poder Judiciário, instituído pelo CNJ: o da categoria especial do ramo Justiça Eleitoral, pelo desenvolvimento do "Portal da Memória", e a menção honrosa pela realização da exposição virtual "25 anos de uso da urna eletrônica".

Merecem registro ainda alguns programas, projetos e ações empreendidos pela atual gestão, como: alinhamento com o TSE para atingir os objetivos da Estratégia Nacional de Cibersegurança; aprimoramento da infraestrutura do Núcleo de Segurança; continuidade e avanços no projeto de Residência em TI, em parceria com a UFRN; instituição do Programa de Gestão da Memória no âmbito da Justiça Eleitoral; implantação de novas gerações de energia fotovoltaica; reforma nos cartórios eleitorais; criação do Núcleo de Apoio à Prestação Jurisdicional no âmbito do 1º Grau; atualização de normas internas, a exemplo do Regulamento da Secretaria do Tribunal, e iniciativas como instituição do regime de teletrabalho, criação do balcão virtual, adesão ao programa nacional de combate à corrupção, contratação dos serviços de tradução simultânea em Língua Brasileira de Sinais (Libras), combate à desinformação e esclarecimentos sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), melhoria nos índices da execução orçamentária, aprimoramento no Plano de Logística Sustentável e comemoração dos 90 anos da Justiça Eleitoral no RN, em 9 de agosto de 2022.

A instituição do trabalho híbrido no âmbito desta Justiça Eleitoral também foi uma importante inovação, resultante dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19. Essa nova forma de atuação dos servidores da Casa foi disciplinada pela Portaria Conjunta-PRES/CRE nº 23/2021 e representou avanço significativo nas áreas de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação, que precisaram se reinventar para suprir e gerenciar uma nova demanda administrativa.

Também é importante frisar as ações com foco no público interno, servidores e colaboradores, que contribuem para a excelência do trabalho desenvolvido, como é o caso do programa Qualidade de Vida, que levou à criação do coral "Canto e Coração", em meio à pandemia que permeou este longo e inusitado período laboral.

Portanto, são notórios os resultados de excelência alcançados na gestão do desembargador Gilson Barbosa (2020-2022) – apresentados no corpo deste relatório –, frutos do empenho de servidores, magistrados, estagiários e colaboradores, sempre objetivando alcançar um melhor patamar, servir à sociedade com comprometimento e ser reconhecida como uma justiça íntegra, inovadora, ágil e efetiva.

COMPOSIÇÃO DO TRE-RN

Presidente

Desembargador Gilson Barbosa de Albuquerque

Vice-Presidente e Corregedor

Desembargador Claudio Manoel de Amorim Santos

JUÍZES MEMBROS TITULARES

Classe - Juiz Federal

Juiz José Carlos Dantas Teixeira de Souza

Classe - Juiz de Direito

Juíza Érika de Paiva Duarte Tinôco

Juíza Maria Neíze Fernandes

Classe - Jurista

Juíza Adriana Cavalcanti Magalhães Faustino Ferreira

Juiz Fernando de Araújo Jales Costa

Procurador Regional Eleitoral

Rodrigo Telles de Souza

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Diretora-Geral
Yvette Bezerra Guerreiro Maia

Secretária de Administração, Orçamento e Finanças
Simone Maria de Oliveira Soares Mello

Secretária de Gestão de Pessoas
Maria Teresa Farache Porto

Secretário de Tecnologia da Informação e Eleições
Marcos Flávio Nascimento Maia

Secretário Judiciário
João Paulo de Araújo

Sumário

Relatório de Gestão
TRE-RN – 2020-2022

5 DESAFIO HISTÓRICO, DEVER CUMPRIDO

7 JUSTIÇA ÍNTEGRA, INOVADORA, EFICAZ E EFETIVA

14 DIRETRIZES DA GESTÃO

16 CIDADANIA, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

20 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA E NA SOCIEDADE

24 TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

27 COMBATE ÀS FAKE NEWS

30 COMUNICAÇÃO SOCIAL AÇÕES E PROJETOS

34 ATUAÇÃO JURISDICIONAL E GESTÃO JUDICIÁRIA

44 GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

46 90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

50 ESTRATÉGIA, GESTÃO E GOVERNANÇA

59 DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS

68 ORÇAMENTO, CONTRATAÇÕES E SUSTENTABILIDADE

84 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES

Diretrizes da gestão

As iniciativas prioritárias da Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) para o período 2020-2022 foram discriminadas no seu Plano de Gestão do Biênio (PGB, Resolução-TRE-RN nº 39/2020) e agrupadas em sete eixos temáticos – que mantiveram total alinhamento com a estratégia nacional do Poder Judiciário, além de estarem, de forma inédita, integradas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual é signatária a República Federativa do Brasil, cujo compromisso internacional foi assumido também pelo Judiciário brasileiro.

Eis os eixos temáticos do PGB e os objetivos das ações (correlacionados aos do desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU), orientadores das iniciativas levadas a efeito pela instituição durante a gestão do desembargador Gilson Barbosa, cujos desdobramentos vão apresentados ao longo do relatório:

- **Cidadania, acessibilidade e inclusão**
- **Transparência e comunicação institucional**
- **Atuação jurisdicional e gestão judiciária**
- **Estratégia, gestão e governança**
- **Desenvolvimento e qualidade de vida das pessoas**
- **Tecnologia da Informação e eleições**
- **Orçamento, contratações e sustentabilidade**

CIDADANIA, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Expandir os projetos de educação para a cidadania

Garantir o acesso físico e digital aos espaços e aos serviços da Justiça Eleitoral do RN

Promover ações inclusivas direcionadas às pessoas com deficiência

TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Assegurar o compromisso institucional com a transparência

Fortalecer a gestão participativa e a qualidade do atendimento ao cliente externo

Melhorar a comunicação institucional

ATUAÇÃO JURISDICIONAL E GESTÃO JUDICIÁRIA

Implementar mecanismos de combate à corrupção e aos ilícitos eleitorais

Desenvolver a gestão judiciária no 2º grau de jurisdição

Aprimorar a gestão documental e os instrumentos de difusão da jurisprudência

ESTRATÉGIA, GESTÃO E GOVERNANÇA

Aperfeiçoar o modelo de governança e de gestão estratégica

Aprimorar a gestão de projetos e a de processos e riscos

Fomentar a cultura da inovação

DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS

Desenvolver a gestão por competências alinhada aos objetivos institucionais

Aprimorar a gestão e a disseminação do conhecimento

Promover o reconhecimento, o bem-estar e a saúde integral no ambiente de trabalho

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES

Assegurar o avanço tecnológico com foco no desempenho institucional

Garantir a segurança da informação e a conformidade do TRE-RN à Lei Geral de Proteção de Dados

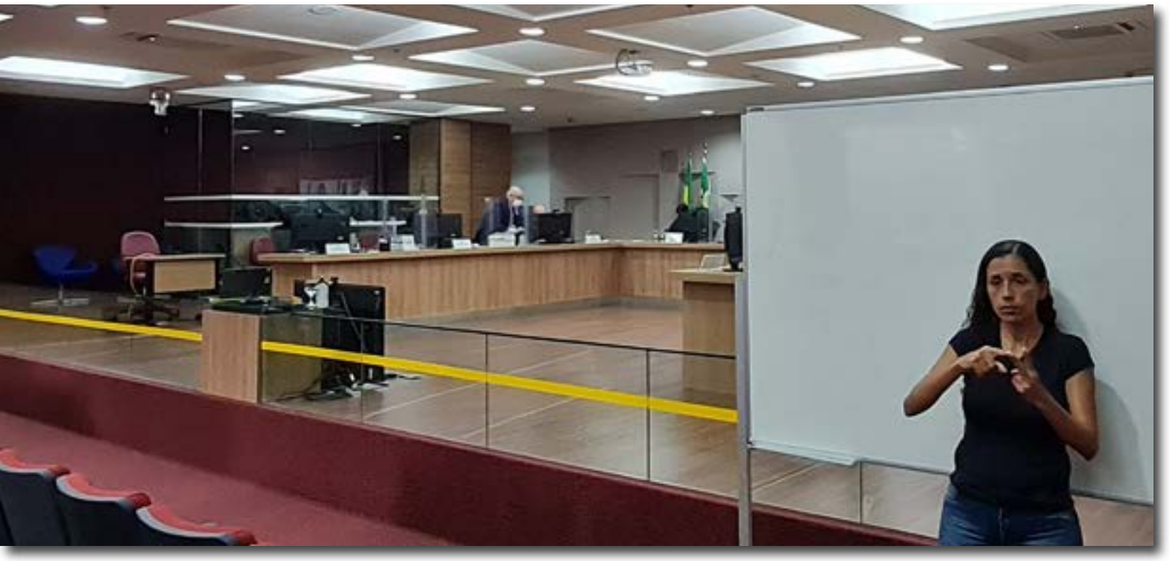
Aperfeiçoar a avaliação e o planejamento das eleições

ORÇAMENTO, CONTRATAÇÕES E SUSTENTABILIDADE

Alinhar a gestão das contratações com o orçamento

Consolidar a sustentabilidade como política institucional

Cidadania, acessibilidade e inclusão



As sessões da Corte ocorrem agora com tradução simultânea para a Língua Brasileira de Sinais

A melhoria do acesso da pessoa deficiente aos serviços e produtos oferecidos pelo Tribunal foi prioridade da gestão, durante a qual foram avaliadas e ampliadas as ferramentas assistivas utilizadas no site do TRE-RN, como as de audiolegenda, audiodescrição e tradução para a Língua Brasileira de Sinais, a fim de aprimorar a interlocução entre o usuário-cidadão deficiente e a Justiça Eleitoral, prática que se consolida gradativamente na instituição, principalmente nas ações de comunicação com uso de tecnologias assistivas

As diretrizes adotadas pelo Tribunal para o eixo *Cidadania, acessibilidade e inclusão* foram as de:

- investir na realização de ações educativas que contribuíssem "para a formação de uma juventude orientada pela ética, pela garantia e respeito aos direitos fundamentais e pelo compromisso com a democracia";
- desenvolver ações no sentido de "garantir a acessibilidade plena de magistrados, servidores, colaboradores e eleitores com deficiência"; e
- "atuar de forma efetiva e consonante com as políticas de inclusão adotadas pelo Poder Judiciário".

Assim, foram concentrados pela instituição esforços sobretudo para a formação cidadã continuada, por meio de plataformas digitais; a ampliação da interiorização das ações de cidadania, por intermédio das zonas eleitorais; e a difusão da inclusão como política institucional.

Incentivo à formação cidadã

À Escola Judiciária Eleitoral do RN Celina Guimarães Viana, condutora das ações educativas com foco na cidadania eleitoral, coube desempenhar atuação diferenciada no ano de 2021, a partir dos critérios de economicidade e inovação impostos ao serviço público pelo contexto da pandemia da Covid-19. Esse desafio mudou a forma como vinham sendo realizadas pela EJE as atividades de capacitação e implicaram a expansão de suas ações de cidadania para o contexto digital, tendo em vista os impactos da pandemia na comunidade estudantil, principal público-alvo dos projetos que a unidade desenvolve desde a sua criação.

A conjuntura da crise representou oportunidade de maior integração entre a EJE e as unidades administrativas do TRE-RN, em especial a área de Comunicação Social, pois o redirecionamento das ações de educação cidadã conduziu à criação de projetos que inseriram de forma mais efetiva a Escola Judiciária no cenário midiático. Houve assim o alcance de mais de 16 mil eleitores em ações digitais, com superação do percentual de 0,5% do eleitorado a ser atingido com essas atividades (estabelecido pelo CNJ para o alcance da Meta Específica nº 1 do ano de 2021). Esses projetos também fomentaram a difusão da cultura de eventos não presenciais no âmbito institucional, o estímulo à capacitação em ambiente virtual e a criação de mecanismos mais democráticos e acessíveis de capacitação.

A EJE-RN recebeu o nome da potiguar Celina Guimarães Viana, primeira mulher eleitora do Brasil

Houve o alcance de mais de 16 mil eleitores em ações digitais, com superação da meta de 0,5% do eleitorado a ser atingido com essas atividades, estabelecida pelo CNJ para o ano de 2021

Tradução simultânea em Libras e audiodescrição dos julgamentos

A melhoria do acesso da pessoa deficiente aos serviços e produtos oferecidos pelo Tribunal também foi prioridade desta gestão, durante a qual foram avaliadas e ampliadas as ferramentas assistivas utilizadas no site do TRE-RN, como as de audiolegenda, audiodescrição e tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a fim de aprimorar a interlocução entre o usuário-cidadão deficiente e a Justiça Eleitoral. Essa prática vem-se consolidando gradativamente na instituição, principalmente nas ações de comunicação institucional com uso de tecnologias assistivas.

Auditoria integrada do CNJ realizada em 2021 com foco na acessibilidade digital já destacava a complexidade desse tema e o grau de investimento em capacitação e infraestrutura necessário para atender às políticas judiciárias nacionais sobre acessibilidade.

Nessa perspectiva, a tradução simultânea em Libras das sessões plenárias de julgamento, implantada em agosto de 2021, dispensou um olhar especial ao desenvolvimento de ações que garantem a acessibilidade plena aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

Melhoria do acesso do eleitorado deficiente aos locais de votação

No ano de 2021, foram identificados no Cadastro Eleitoral 1.141 eleitores com deficiência no RN. Esse dado foi de alta relevância para o planejamento do pleito de 2022, porque permitiu, após levantamento *in loco*, mensurar os níveis de acessibilidade das seções eleitorais e providenciar as necessárias adequações e melhorias para esses espaços. Foi então encaminhado ofício ao Ministério Público estadual, às prefeituras municipais e ao governo do Estado para que dotassem os ambientes de votação dos requisitos de acessibilidade.

Ação de mesma natureza foi realizada no ano de 2020, às vésperas da Eleição, tendo como objetivo conhecer, em 91 locais de votação, a situação de acesso às seções eleitorais, a fim de eliminar barreiras que impossibilitavam ou dificultavam o acesso do eleitor deficiente ou com mobilidade reduzida.

Há ainda um projeto-piloto que objetiva designar uma pessoa para orientar e auxiliar o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais de votação no dia do pleito (1º e 2º turnos), de modo a assegurar-lhe as condições necessárias ao pleno exercício do voto.

Pessoa com deficiência é aquela abrangida pelo art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência e a pessoa com transtorno do espectro autista, conforme o art. 1º, § 2º, da Lei nº 12.764/2012. Nos casos de doença grave, consideram-se aquelas enquadradas no inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713/1988

Cartaz nacional da camanha pela acessibilidade coordenada pelo TSE em vista das Eleições 2022

Cidadania e inclusão como política institucional

O projeto Acessibilidade Visual para Todos, criado em 2020, teve como objetivo implementar melhorias no portal da internet do TRE-RN que o tornassem mais acessível, a fim de entregar serviços com mais qualidade e informações mais confiáveis e mais claras aos deficientes visuais. O resultado dessa iniciativa foi um estudo de necessidades encaminhado ao TSE para adequação dos portais da Justiça Eleitoral.

Foram ainda produzidos em 2021, com a participação de servidores do Tribunal, cinco vídeos alusivos a datas comemorativas, com foco nas temáticas de acessibilidade e inclusão. Esses temas vêm recebendo a convergência de esforços de unidades administrativas, comissões e grupos de trabalho do TRE-RN com o propósito de consolidar o compromisso institucional com a cidadania e as políticas inclusivas.

Sob a pauta da cidadania, foi ainda instituída em 2021 a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, a fim de efetivar as diretrizes da política de mesmo objetivo normatizada pela Resolução-CNJ nº 351.

Regime especial para magistrados e servidores do TRE-RN

À unanimidade de votos, os juízes da Corte Eleitoral potiguar aprovaram resolução que instituiu no Tribunal condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, ou que sejam responsáveis por dependentes nessas condições. A medida atende às providências da Resolução-CNJ nº 343/2020.

De acordo com a norma do Conselho Nacional de Justiça e a resolução do TRE-RN, condições especiais de trabalho também poderão ser concedidas em casos não previstos na legislação em tela, mediante apresentação de laudo técnico ou parecer de equipe multidisciplinar, a ser homologado por junta médica oficial.

As condições especiais de trabalho são a designação provisória para atividade fora da lotação do juízo eleitoral do magistrado ou servidor, apoio à unidade de lotação ao juízo eleitoral do magistrado ou do servidor, concessão de jornada especial e autorização de exercício da atividade em regime de teletrabalho.

A principal ação desenvolvida pela Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação foi a campanha "Acesso, sim! Assédio, não!", que contou com palestras e eventos internos de orientação e esclarecimento aos servidores.

Participação feminina na política e na sociedade

Os trabalhos da Comissão de Participação Feminina do TRE-RN, instituída pela Portaria nº 135/2019, foram retomados em 2020 com a perspectiva de realização de ações voltadas ao estímulo da participação política feminina no processo eleitoral, em atendimento à Meta Específica 2 do CNJ. Também foi discutida a organização das próximas edições do exitoso projeto Roda de Mulheres.

Em 2021, os destaques foram a criação dos *podcasts* institucionais e o lançamento do projeto Café com Mulheres, que se caracteriza como um diálogo informal acerca de temáticas femininas de natureza social e política.

Outra ação relevante, feita em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral, foi o debate "Participação Feminina no Processo Democrático", inserido na programação do Projeto Prata da Casa "25 anos da Urna Eletrônica". A juíza do TRE-RN Adriana Magalhães e a vereadora do município de Natal Nina Souza, sob a mediação do juiz do TRE-RN Geraldo Mota, debateram acerca da situação da mulher no processo democrático e do pioneirismo norte-rio-grandense de participação feminina na política.

O projeto Café com Mulheres se caracteriza como um diálogo informal acerca de temáticas femininas de natureza social e política

Resgate

Como ação de resgate da trajetória da participação das mulheres no cenário político nacional e local, foi criada a exposição virtual "Rememorando a História", concebida pelo Núcleo do Centro de Memória com apoio da Comissão de Participação Feminina.

Organizada a partir das atas eleitorais dos anos de 1927 e 1928, a exposição retomou o tema da participação feminina na política, abrangendo não apenas as mulheres que se destacaram, mas todas as que participaram do processo eleitoral. *V. site do Museu Virtual do TRE-RN.*

Atuação da Comissão em 2022

A Comissão de Participação Feminina estabeleceu em seu plano de ação para o ano de 2022 a realização de uma série de palestras voltadas aos jovens eleitores, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral, e ações de cidadania em diversas instituições de ensino, contemplando mais de três mil alunos com atividades de sensibilização para temas como Cidadania e Liderança e Participação Feminina na Política, com destaque para o pioneirismo potiguar.

Neste ano em que o voto feminino completa 90 anos, a Comissão homenageou quatro mulheres potiguares que marcaram a história da Justiça Eleitoral e a política brasileira: Maria do Céu Fernandes, Alzira Soriano, Celina Guimarães e Cacilda Bessa.

Em razão dessa iniciativa, foram publicados nas redes sociais do TRE-RN, no mês de março, vídeos com literatura de cordel produzida em homenagem a essas mulheres, num trabalho realizado em parceira com a Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial e a Casa do Cordel, que cedeu à Comissão os textos e as imagens utilizadas no projeto.

Além dessas, foram programadas três iniciativas prioritárias para o segundo semestre de 2022, a saber: palestra sobre a visão de futuro da participação feminina na política e na sociedade; lançamento de livro e exposição de fotografias em torno da temática da atuação proativa da mulher brasileira no Século XXI.

Projetos como o *Roda de Mulheres* e o *Café com Mulheres* trouxeram para o contexto institucional o debate acerca da participação feminina na política local e nacional e destacaram o pioneirismo da mulher potiguar no cenário eleitoral e no exercício do direito do voto

Mulheres potiguares que marcaram a história da Justiça Eleitoral e a política brasileira: Alzira Soriano, Cacilda Bessa, Celina Guimarães e Maria do Céu Fernandes

1 Visitas institucionais

Presidência do TSE | Ouvidoria do TSE

Governo do RN

Prefeitura e Ministério Público do RN

Presidência do TST e do Tribunal de Contas do Estado do RN | Secretaria Estadual de Segurança Pública | Vice-Presidência da OAB-RN

Transparência e comunicação institucional

Entre as diretrizes da gestão do desembargador Gilson Barbosa esteve a de manter os níveis de excelência alcançados pelo TRE-RN no atendimento aos requisitos da Lei de Acesso à Informação (LAI), monitorados pelos órgãos de controle, com ações voltadas à melhoria contínua dos índices de transparência da instituição.

Ranking da Transparência do Poder Judiciário

A partir de 2018, as instituições do Poder Judiciário passaram a centralizar esforços para que seus portais na internet atendessem aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça para o Ranking da Transparência, no intuito de dar efetividade às regras fixadas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2007). Desde então, o protagonismo da Justiça Eleitoral nesse processo de aprimoramento contínuo tem sido evidenciado pelos resultados exitosos do Tribunal, ano a ano.

O TRE-RN alcançou, em sequência, o 1º, o 5º e o 2º lugar em transparência no *ranking* do Poder Judiciário

No período desta gestão, o TRE-RN manteve continuamente atualizadas as informações de interesse público monitoradas pelo CNJ, integrando o grupo dos tribunais anualmente laureados pelo Conselho desde 2019. O compromisso com a transparência está ratificado no Plano Estratégico 2021-2026 do TRE-RN como atributo de valor, tendo-se refletido nos percentuais crescentes de atendimento aos requisitos do Ranking da Transparência em 2020 e em 2021.

Portal de Dados Abertos do TRE-RN

O projeto de implantação e customização do *framework* CKAN (ferramenta *open source* de gerenciamento de dados), visando à disponibilização de dados do TRE-RN na internet em formatos não proprietários e processáveis por máquina, foi concluído em abril de 2022, seguindo tendência dos órgãos públicos, e em especial do Poder Judiciário, de conceder livre acesso às bases de dados dos tribunais e conselhos superiores.

O Portal de Dados Abertos do TRE-RN passou a ser um instrumento em prol do fortalecimento do controle social e da gestão pública participativa.

Balcão Virtual

Instituído pela Resolução-CNJ nº 372/2021, foi implantado no TRE-RN, em março de 2021 (Portaria Conjunta-PRES/CRE nº 9/2021), o Balcão Virtual, que permitiu o atendimento telepresencial de forma similar ao presencial diretamente com o setor de interesse do usuário, por meio de ferramenta de videoconferência, no horário de expediente da unidade judiciária respectiva.

A comunicação direta e em tempo real de membros da advocacia, bem como de partes processuais, com as unidades judiciárias é realizada mediante agendamento pelo Whatsapp Business. O

Pesquisa de satisfação dos serviços digitais

Uma das ações assertivas da gestão foi o aperfeiçoamento do modelo de pesquisa e de avaliação da satisfação do atendimento ao eleitor e ao jurisdicionado, que levou à aplicação de pesquisa externa, entre os dias 4 e 10 de outubro de 2021, visando a identificar o nível de conhecimento e satisfação geral com os dez principais serviços digitais disponibilizados pelo Regional ao cidadão, a saber:

- Título Net (alistamento, transferência e revisão eleitoral)
- Atendente virtual Celina
- Sistema Justifica (justificativa eleitoral)
- Consulta ao Processo Judicial Eletrônico (PJe)
- Certidões de quitação eleitoral
- Consulta ao local de votação e à situação eleitoral
- Pesquisa de jurisprudência
- Resultado de eleições
- Emissão de guia para recolhimento de multa eleitoral
- Inscrição para mesário voluntário

Os resultados irão nortear a adoção de mecanismos de melhoria contínua dos serviços, para assegurar a qualidade e usabilidade dos serviços digitais, previstas no Plano Estratégico 2021-2026.

atendimento pelo canal do Google Meet é feito exclusivamente para tirar dúvidas e obter informações sobre o andamento de processos judiciais.

O atendimento pelo Balcão Virtual é rápido, prático e seguro, sendo mais um passo na transformação digital do Judiciário, que vem buscando soluções inovadoras para suas atividades, em especial o atendimento ao cidadão, promovendo a prestação jurisdicional mesmo a distância.

O Balcão Virtual está disponível nos cartórios eleitorais para os processos em tramitação no 1º grau, e nas unidades da Secretaria do Tribunal, responsáveis pelo processamento dos feitos eleitorais no 2º grau.

Celina – atendente virtual do TRE-RN

Concebido como um *chatbot* (robô de atendimento), foi lançada em outubro de 2020 a atendente virtual do TRE-RN Celina, assim denominada em homenagem à natalense Celina Guimarães, primeira mulher a exercer o direito de voto no Brasil.

Celina faz uso de Inteligência Artificial para esclarecer dúvidas de eleitores quanto aos procedimentos e serviços prestados pela Justiça Eleitoral (e-Título, alistamento, multas, justificativas, mudança de domicílio, biometria, candidaturas, certidões, telefones e endereços dos cartórios eleitorais, além de orientações ao eleitor no dia do pleito).

A assistente virtual pode ser acessada a partir da página principal do TRE-RN na internet, pelo *messenger* do Facebook, e no aplicativo Telegram, por celular, tablet ou computador.

Nas Eleições 2020, o eleitor pôde obter por meio desse *chatbot* informações sobre mudança no local de votação – um serviço de importância ímpar naquela ocasião, em razão das transferências temporárias de eleitores ocorridas em todo o RN por determinação do TSE, como resultado do remanejamento nacional de urnas eletrônicas entre os TREs.

Combate às fake news

A comunicação institucional em 2022 está concentrada na divulgação do processo eleitoral, com destaque para o combate às notícias falsas

No campo da comunicação institucional, as diretrizes fundamentais da gestão foram as de estruturar a comunicação interna e reforçar o relacionamento com a imprensa, no sentido de valorizar a imagem da Justiça Eleitoral mediante a ampliação da divulgação de ações e projetos do Tribunal.

Assim, a comunicação institucional apresentou como principal estratégia na gestão do desembargador Gilson Barbosa o fortalecimento das redes sociais, considerando-as veículos contemporâneos fundamentais da informação institucional, sobretudo pela necessidade manifestada pela Justiça Eleitoral de priorizar as ações de combate às *fake news*, visando à normalidade dos pleitos.

A decisão de utilizar preferencialmente as ferramentas de relacionamento do mundo virtual determinou também as demandas de capacitação da área de Comunicação, centrada agora no aprendizado do uso das redes sociais, a fim de exponenciar o alcance das mensagens e informações institucionais na web. Um exemplo dessa iniciativa foi a contratação do curso de Marketing Digital online da Escola Britânica de Artes Criativas & Tecnologia para os profissionais da Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial.

Também se adotou como filosofia de atuação o aprimoramento da comunicação interna com o uso intensivo dessas mesmas redes, de aplicativos de videoconferência e de e-mails, como forma de tornar mais dinâmica e eficaz a gestão dos serviços, diante das imprevisibilidades decorrentes da pandemia da Covid-19.

Na área de Cerimonial, houve a importante iniciativa de realizar o mapeamento do processo de trabalho Cerimônia de Posse de Membros da Corte do TRE-RN, a partir de procedimentos estabelecidos pela "Metodologia Ágil", uma simplificação metodológica criada pelo setor de gestão de processos para facilitar o desenho do fluxo das atividades, que a partir de seu mapeamento passam a contar com mais estabilidade na execução das tarefas.

Atuação em 2022

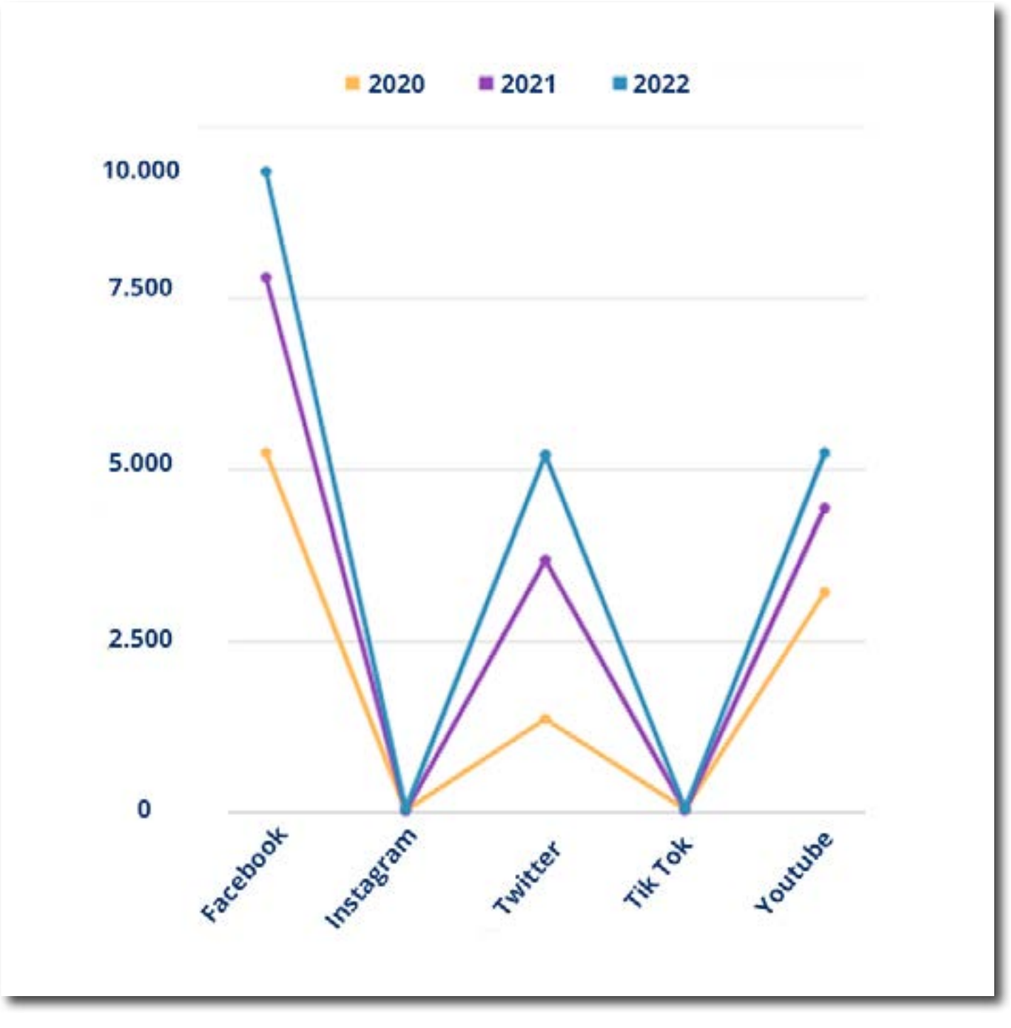
A comunicação institucional em 2022 está concentrada na divulgação do processo eleitoral, com destaque para o combate intensivo às *fake news*, a partir de ações capitaneadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, com uso das redes sociais. Ações realizadas:

- campanha de estímulo ao cadastramento do jovem eleitor;
- cobertura de eventos pré-eleitorais, em especial o Fechamento do Cadastro Eleitoral;
- divulgação da parceria entre Google e TSE para possibilitar que milhões de brasileiros tivessem mais informações confiáveis e de fonte segura sobre o processo eleitoral;
- divulgação da campanha de lançamento do sistema de autoatendimento do eleitor, que permite a impressão do título em casa. Essa nova ferramenta possibilita que os eleitores se alistem, atualizem ou regularizem sua situação na Justiça Eleitoral de forma totalmente online, em um só lugar;
- campanha de incentivo à participação do eleitor como mesário voluntário nas Eleições 2022.

Redes sociais

Entre 1º de setembro de 2020 e 1º de junho de 2022, o TRE-RN alcançou em seus perfis nas redes sociais e nas cinco principais plataformas da web os resultados apresentados nos quadros/gráficos a seguir.

A participação institucional nas redes sociais foi intensificada a partir das Eleições 2020, em razão principalmente do grande volume de notícias falsas que passaram a circular na web quanto à segurança do processo de votação e da urna eletrônica, em especial. Essa realidade alertou a Justiça Eleitoral para a necessidade de estabelecer de forma diferenciada e contundente a sua presença nas redes de relacionamento, a fim de atuar de forma mais incisiva na comunicação da confiabilidade dos procedimentos e das práticas desta justiça especializada.



Plataforma	Descrição	Resultado
Instagram	Canal de comunicação utilizado pelo TRE-RN para veicular as realizações e notícias de última hora da Justiça Eleitoral	Seguidores: 8.881 Stories: 1.772 Publicações: 867 Vídeos: 88 Alcance: 96.873 usuários
Twitter	Rede social e serviço de microblog que possibilita ao TRE-RN o envio de mensagens curtas de interesse institucional por SMS	Seguidores: 3.670 Postagens: 2.433 Visitas: 11.450
Youtube	Plataforma de compartilhamento de vídeos considerada um dos mais eficazes veículos de informação audiovisual	Inscritos: 5.038 Vídeos: 336 Visualizações: 165.600 Alcance médio mensal: 8.500 contas
TikTok	O canal do TRE-RN no Tik Tok foi criado em 2021 para completar a presença institucional nas quatro principais redes sociais em alcance e audiência	Seguidores: 876 Publicações: 10 Visualizações: 184.876
Facebook	Rede de compartilhamento de notícias e postagens já veiculadas nas demais redes do TRE-RN e nos portais da Jusrtiça Eleitoral na internet	Seguidores: 6.659 Publicações: 509 Curtidas: 6.574 Alcance: 493.439 usuários

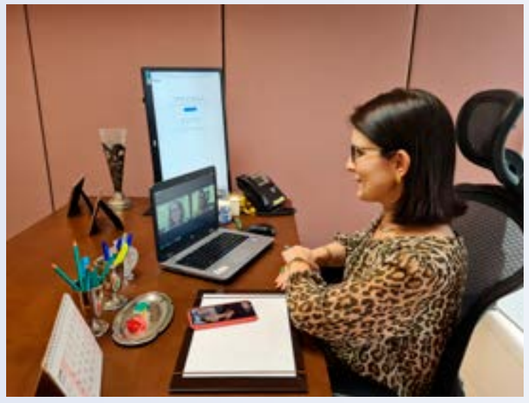
COMUNICAÇÃO SOCIAL

Agenda Institucional e *mailing list*

Implementou-se a Agenda Institucional Unificada (AIU), que reúne informações sobre datas comemorativas, eventos e reuniões administrativas da Justiça Eleitoral do RN, bem como foi atualizado o *mailing* de Imprensa, com a criação de novas listas de transmissão para jornalistas e a inclusão de novos *blogs* e portais entre os veículos que recebem diariamente notícias sobre ações, julgamentos e iniciativas do TRE-RN.

Programa de TV

O programa de TV do TRN-RN, intitulado "Justiça Eleitoral na TV", veiculado semanalmente na TV Assembleia e na TV Câmara, passou por reformulação de pautas e recebeu uma nova vinheta de abertura. Foram produzidos e exibidos até o momento 36 programas de 15 minutos, ao longo dos quais temas relacionados às eleições e ao funcionamento institucional do Tribunal foram apresentados ao público em geral.



Press Kit

A Ascom também distribuiu à imprensa Press Kits com informações relativas às eleições em Natal, Mossoró, Parnamirim, Caicó e São Gonçalo do Amarante, a exemplo de quantitativo de urnas e seções eleitorais, candidatos, estatísticas do eleitorado etc.

Podcast

Divulgado pela página do TRE-RN na plataforma Spotify, o *podcast* Voz da Cidadania, realizado em conjunto com a Escola Judiciária Eleitoral, veiculou no período de agosto de 2020 a junho de 2022 dezoito episódios, nos quais foram apresentados temas como o papel da mulher na política, prazos eleitorais e expectativas para o pleito de 2022.

Também foram produzidos e divulgados dezessete episódios do *podcast* Nova Pólis; entre os temas, a propaganda eleitoral nas Eleições 2020, o financiamento da campanha eleitoral e a filiação partidária.

Mais de 50 entrevistas realizadas com autoridades e gestores do Tribunal garantiram ampla divulgação do trabalho das Eleições 2020

Entrevistas

Foram mais de 50 entrevistas concedidas por servidores, juízes eleitorais, chefes de cartório, integrantes da Corte Eleitoral, corregedor e presidente, o que garantiu a ampla divulgação do trabalho das Eleições em torno de temas como convocação de mesários, mesários voluntários, passo a passo da votação, segurança sanitária e segurança pública no processo eleitoral, combate à desinformação, polarização política, segurança e preparação das urnas, auditoria de urnas, decisões dos juízes de primeira instância e atuação da Corregedoria, entre outros que garantiram a presença diária do TRE-RN na pauta dos veículos de comunicação do Estado.

AÇÕES E PROJETOS

Mural de Fotografias 2020

Outra realização da Ascom foi a criação de um mural de fotografias com o registro da atuação de servidores das unidades administrativas e dos cartórios eleitorais, de juízes eleitorais e membros da Corte nas eleições de 2020.

Núcleo de Cooperação Judiciária

O Núcleo de Cooperação Judiciária (Res.-TRE-RN nº 43/2021), vinculado à Presidência do Tribunal, assumiu a missão de promover o aprimoramento da administração da justiça, a celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional, mediante a sugestão de diretrizes gerais, harmonização de rotinas e procedimentos de cooperação e consolidação das informações e boas práticas entre o Tribunal e outras instituições.

TRE em Movimento

Maio de 2022 marcou a retomada, com nova concepção gráfica e textual, de uma das mais bem-sucedidas iniciativas da área de Comunicação do Tribunal, o informativo *TRE em Movimento*, que circula periodicamente nos veículos do sistema de transporte público de passageiros da Grande Natal, a partir de cartazes e impressos fixados principalmente no interior de ônibus e trens. Os novos números do informativo vão circular em centenas de veículos, apresentando ao usuário a possibilidade de acesso direto a plataformas de serviço da Justiça Eleitoral por meio de um QR Code.

2 Visitas institucionais

Presidência do TRE-AC | Reitoria do IFRN

General de Brigada Ulisses de Mesquita Gomes

Coronel Rocha Lima | 6° Batalhão da PM (em Caicó)

Coronel Alarico | Defensor público Marcos Vinícius | Visita técnica ao TRE-PB | Recepção a representantes da Ufersa

Atuação jurisdicional e gestão judiciária

Outra diretriz da atuação administrativa consistiu na estruturação do TRE-RN para atuar de forma efetiva e eficaz no enfrentamento dos crimes de natureza eleitoral, em conformidade com a Resolução-TSE nº 23.618/2020, como também o aprimoramento da tramitação dos processos judiciais eleitorais e o suporte ao PJe, para conferir mais eficiência aos serviços judiciários e garantir uma prestação jurisdicional efetiva e ágil.

Unidade especializada no processamento de crimes eleitorais

Exemplo da determinação de enfrentamento ao crime eleitoral foi a designação da 1ª Zona Eleitoral de Natal como responsável pelo processamento e julgamento dos crimes comuns conexos a crimes eleitorais, fixada pela Resolução-TRE-RN nº 40/2020, que também disciplinou a instrução e tramitação desses feitos com atendimento dos requisitos de otimização da prestação jurisdicional, especialmente em relação ao direito fundamental à razoável duração do processo e ao princípio da eficiência. Foi também regulamentado o Grupo de Assessoramento Criminal Especializado (Gace), na esteira da designação da 1ª ZE como cartório criminal (Port. Conj.-PRES-CRE nº 3/2021).

Reestruturação da Secretaria Judiciária

A reestruturação da Secretaria Judiciária (Resolução-TRE nº 61/2021) veio adequar as atribuições das unidades da SJ aos referenciais de produtividade, transparência e celeridade, avaliados pelo Conselho Nacional de Justiça, visando ao desenvolvimento da gestão judiciária no 2º grau de jurisdição, aprimorando a tramitação dos processos judiciais e o suporte ao sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe). Importa ressaltar que no arcabouço da reestruturação a unidade responsável pela tramitação dos feitos judiciais foi dividida em duas seções, reforçando assim a unidade cartorária do segundo grau, imprimindo-lhe agilidade, qualificação e eficiência.

No bojo dessa reestruturação, foi criado ainda o Núcleo de Apoio à Prestação Jurisdicional, para atuar em colaboração com os cartórios eleitorais, visando a contribuir para a celeridade na prestação jurisdicional no primeiro grau, com foco no alcance de metas e indicadores de produtividade.

Aprimoramento das atividades relativas à pauta de julgamento

Com a edição da Resolução-TRE-RN nº 46/2021, o Tribunal disciplinou a pauta de julgamento das sessões da Corte e adequou as atividades de suporte à publicação dos julgados, promovendo maior celeridade e transparência a essa atividade. A resolução também abrangeu outras atividades interligadas ao funcionamento das sessões, como a convocação de membro substituto da Corte e os pedidos de sustentação oral.

A designação da 1ª ZE como responsável pelo processamento e julgamento dos crimes comuns conexos a crimes eleitorais e a criação do Grupo Gestor do Datajud (à dir.) são exemplos de uma gestão voltada a eficácia e resultados

Dados da litigiosidade

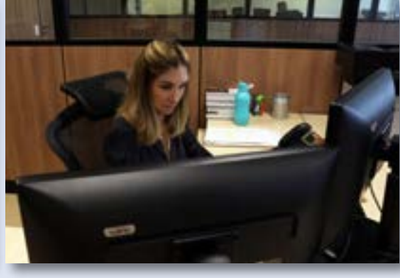
Os indicadores de litigiosidade são levantados semestralmente pelo Conselho Nacional de Justiça com vistas a compor o relatório anual *Justiça em Números*. Com a implantação do DataJud (Resolução-CNJ nº 331/2020), esses indicadores também passaram a alimentar a base nacional de dados judiciais disponível para consulta pública no Painel de Estatísticas do Poder Judiciário.

A tabela em destaque indica a movimentação processual no período 2020-2022 (dados parciais até junho, nos dois graus de jurisdição da Justiça Eleitoral do RN, segmentada pelas variáveis: (1) casos novos eletrônicos, (2) casos pendentes e (3) casos baixados.

Indicadores	2020	2021
Casos novos	25.831	1.943
Casos pendentes	14.666	5.319
Casos baixados	13.244	11.289
Congestionamento	52,55%	32,03%

Desde 2020, o TRE-RN vem envidando esforços para melhorar a taxa de congestionamento, o que se refletiu na queda dos percentuais, tanto no 1º como no 2º grau, ainda que tenha perdurado o cenário pandêmico em 2021 e, via de consequência, seus desdobramentos nas atividades internas do órgão, especialmente com a continuidade do regime de trabalho remoto.

Infodip Datajud PJe Siel



Migração do Infodip para a base nacional e regulamentação da nacionalização

No período de 27 de abril a 14 de julho de 2021, a Corregedoria Regional Eleitoral realizou a migração do sistema Infodip, cuja versão nacional é utilizada pelo Tribunal desde 2017. Em razão da necessidade de regulamentação tanto da migração do sistema para a base nacional quanto do uso das novas funcionalidades e procedimentos do Infodip, foram publicados a Portaria-CRE nº 2/2021, que dispôs sobre a migração para a solução nacional, e o Provimento-CRE nº 1/2021, que dispôs sobre as comunicações de óbitos, suspensão e/ou restabelecimento de direitos políticos, bem como sobre consultas, por meio eletrônico, mediante a utilização do Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos.

A migração para a versão nacional possibilitou a integração de todos os Regionais numa mesma base de dados, garantindo maior integridade e celeridade ao processo de lançamento de informações no Cadastro de Eleitores – relativas a óbitos e suspensão e restabelecimento de direitos políticos.

Equipe da Corregedoria Regional Eleitoral

Sistematização da gestão do acervo processual do 2º grau

Grupo Gestor do DataJud

Com a implantação da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), observou-se a necessidade de serem aprimorados os mecanismos de gestão do acervo processual. Dentre as medidas nesse sentido adotadas pela instituição em 2021, destacou-se a criação do Grupo Gestor do DataJud (GGD), cuja missão é a correção e o saneamento contínuo dos dados do TRE-RN constantes na base de dados nacional, de forma a atender ao monitoramento do Conselho Nacional de Justiça e fortalecer o controle social da prestação jurisdicional.

A atuação do GGD possibilitou o compartilhamento mais eficiente de conhecimentos entre as áreas (Judiciária, TIC, Estatística e Gestão Estratégica); a convergência de procedimentos e maior segurança na tomada de decisões, além de troca e atualização contínua de informações, com a participação em *webinars*; e a interlocução mais próxima com o CNJ e com grupos de discussão de outros Regionais.

Após a criação do Grupo Gestor do Datajud foram aprimorados os mecanismos de monitoramento do acervo processual, o que contou sobremaneira para o alcance dos 205 pontos (100%) obtidos pelo TRE-RN no correspondente requisito do prêmio CNJ

Utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) como solução para a aplicação da Resolução-TSE nº 23.659/2021

A Resolução-TSE nº 23.659/2021 passou a possibilitar a realização de qualquer operação (alistamento, transferência e revisão) para eleitores com direitos políticos suspensos. No entanto, não houve, paralelamente, a adequação do sistema ELO, e todas as operações para as quais havia registro na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos (BPSDP) passaram a gerar coincidências. No RN, tais coincidências, sob a forma de duplicidade ou de pluralidade, foram tratadas por meio do PJe, com autuações individuais pela Seção de Direitos Políticos e Suporte às Zonas Eleitorais (SDPS/CDCE), instrução pelos cartórios e decisão pelo corregedor regional eleitoral, passando-se a controlar manualmente a realização das operações *versus* a atualização das situações dos eleitores, quando necessário.

Processo Judicial Eletrônico – 2º Grau

No âmbito do 2º grau de jurisdição, ocorreu a implementação da distribuição dos Recursos Eleitorais pela sistemática do art. 260 do Código Eleitoral, disposta no art. 64, inciso I, da Resolução-TSE nº 23.609/2019, que estabelece que os recursos de um mesmo município que possam repercutir em mandato devem ser distribuídos ao mesmo relator.

Por meio do gerenciamento do fluxo de "Petições Avulsas", nos feitos que tramitaram no PJe de 2º grau, foram realizadas atualizações de autuação, sem despachos judiciais para esse fim, contribuindo para a celeridade do trâmite processual.

Migração do sistema Siel para a versão nacional

O Sistema de Informações Eleitorais (Siel) é a ferramenta disponibilizada pela Justiça Eleitoral para acesso aos dados biográficos do Cadastro Eleitoral Nacional por magistrados e representantes do Ministério Público, bem como por delegados de polícia, nos termos das normas eleitorais de regência, visando à utilização dessas informações para o desenvolvimento de suas atividades institucionais.

Em 8/3/2021, a Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, por meio do Ofício-Circular-CGE nº 4/2021, cientificou as corregedorias regionais eleitorais acerca da nacionalização do Siel, utilizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte desde o ano de 2013 (e regulamentado pelo Provimento-CRE nº 6/2013).

A nova versão do sistema foi disciplinada pelo Provimento-CGE nº 1/2021, com a implantação no Estado sendo supervisionada pela Seção de Fiscalização e Atualização do Cadastro Eleitoral (SFAC/CDCE/CRE), em ações realizadas de forma virtual, em razão do expediente remoto estabelecido pela Secretaria do TRE-RN e pelas zonas eleitorais, em decorrência da pandemia da Covid-19.

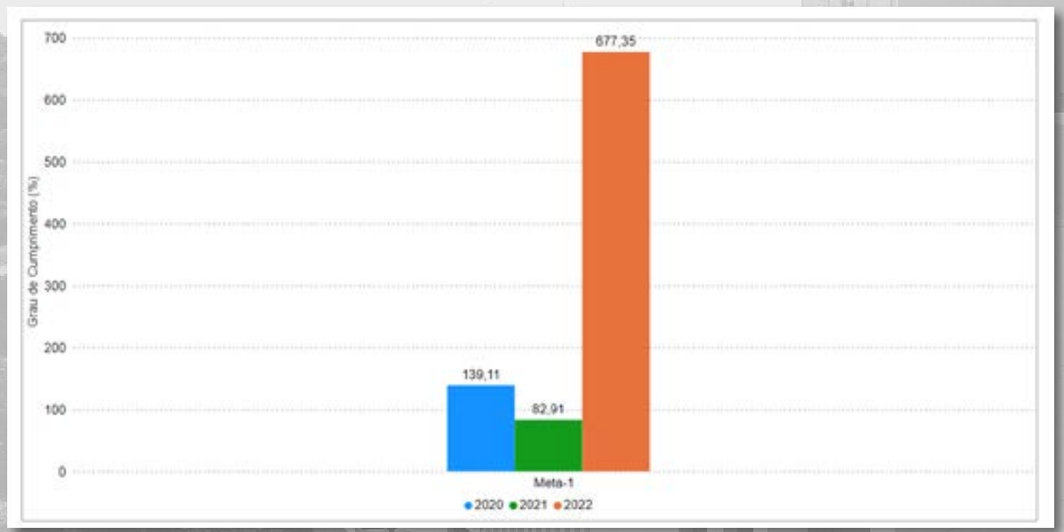
A implantação foi informada, por meio de ofícios da Corregedoria Regional Eleitoral, a todos os órgãos interessados do Estado, com orientações relativas à habilitação prévia da autoridade responsável, que pôde indicar até três servidores para acesso ao sistema.

A nova versão do Siel foi de grande importância, especialmente no que se refere à segurança, com a adoção de duplo fator de autenticação por aplicativo próprio (Google Authenticator) para o acesso de usuários externos, além de registro em *log* de todas as ações realizadas na ferramenta, visando à eventual auditoria, e ainda a possibilidade de pesquisa pelo número do CPF ou por parte do nome do eleitor (com base no banco de dados da Identificação Civil Nacional), o que contribui para maior integridade e celeridade dos processos que tramitam nas varas e demais instituições, quando necessária a obtenção de informações de dados cadastrais de eleitores, ao agilizar com segurança o acesso a esses dados pelas instituições legitimadas.

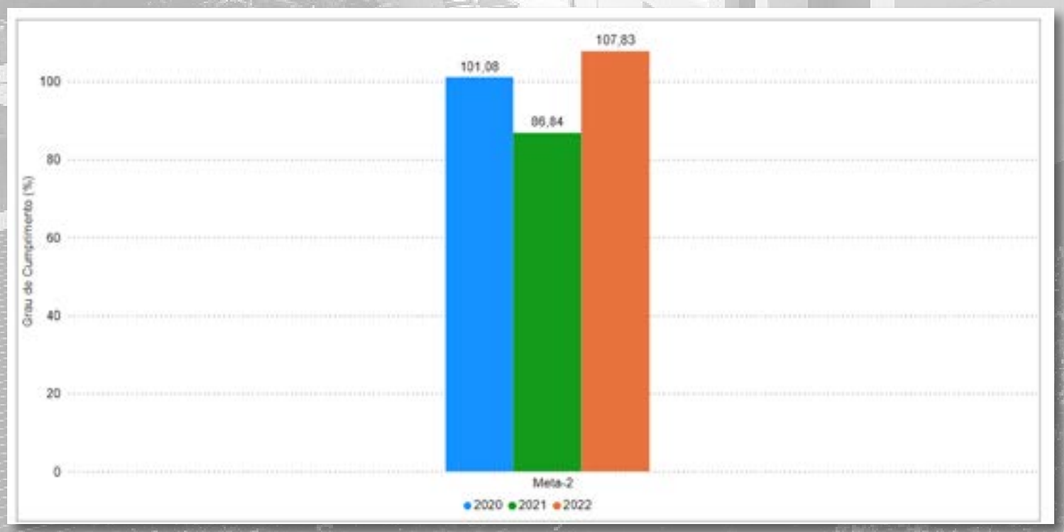
Metas Nacionais do Poder Judiciário

Gráficos de desempenho do TRE-RN

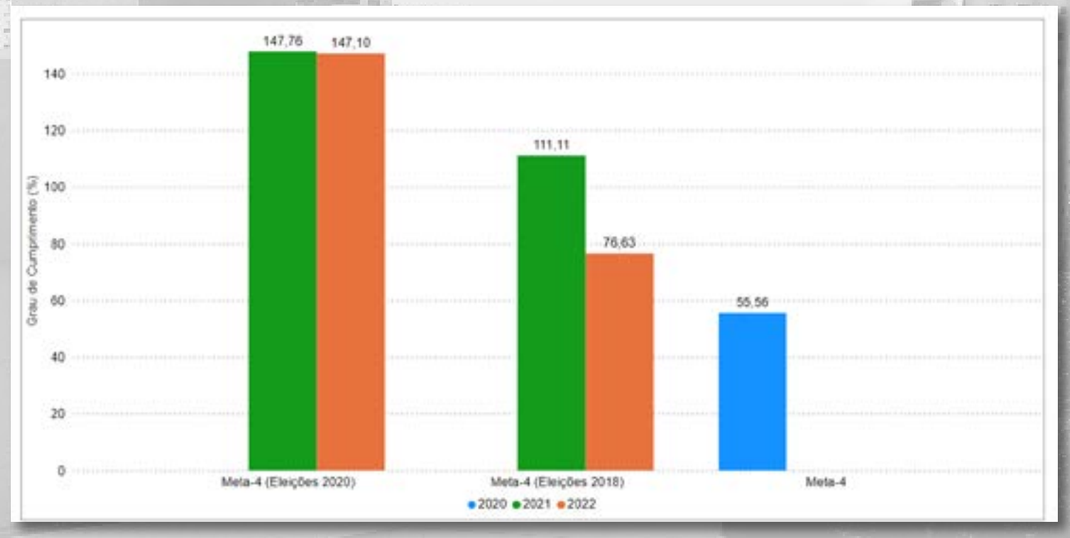
Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos



Meta 2 – Julgar processos mais antigos



Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais



Programa Justiça 4.0

O Programa Justiça 4.0 integra o quarto eixo da gestão atual do CNJ (2020-2022). Nesse sentido, consiste em diretriz nacional do Poder Judiciário focada no incentivo à justiça digital, tendo por objetivo a promoção do acesso à Justiça por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e Inteligência Artificial.

Lançado em fevereiro de 2021, em parceria do CNJ com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), contempla dentre os projetos o Juízo 100% Digital, o Balcão Virtual, a Plataforma Digital do Poder Judiciário (que deverá ancorar o PJe) e o DataJud.

A Justiça Eleitoral passou a integrar o Programa Justiça 4.0 em junho de 2021, com a assinatura de termo de cooperação técnica do CNJ com o TSE, pelo qual os tribunais eleitorais passarão a participar do desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços que empregam novas tecnologias e Inteligência Artificial na atividade jurisdicional.

O TRE-RN aderiu formalmente ao programa em fevereiro de 2022, após extensos estudos internos de impacto e viabilidade técnica, implantando no decorrer de 2021, em paralelo, as soluções já desenvolvidas, normatizadas e implantadas pelo CNJ.

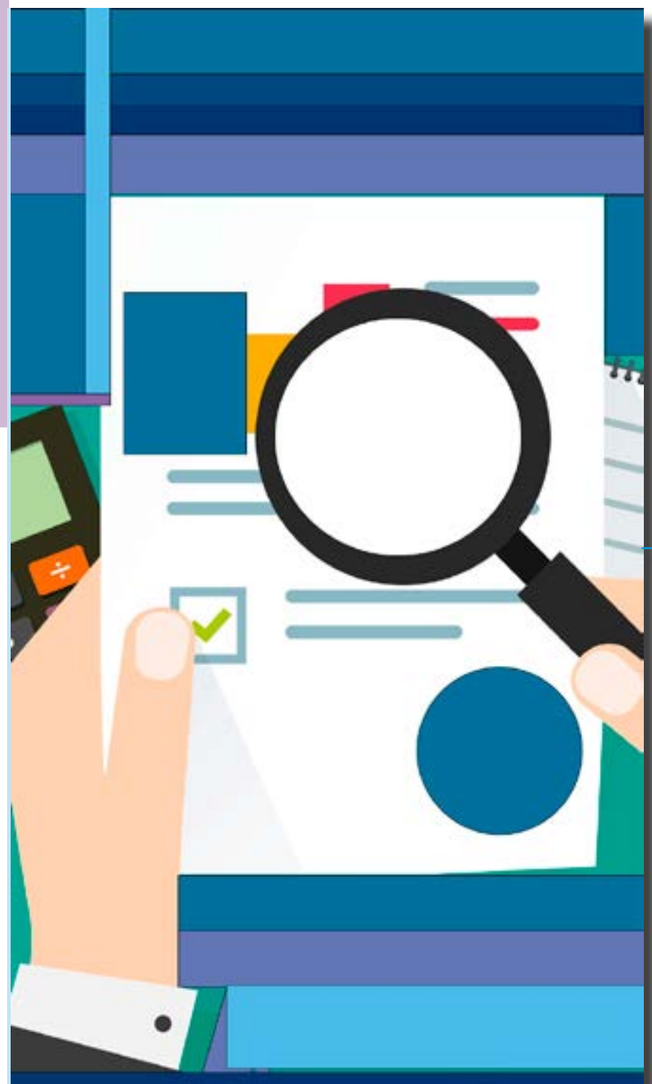
Comunicação dos atos por meio eletrônico

O Tribunal regulamentou a comunicação dos atos por meio eletrônico nos processos judiciais de natureza cível e nos processos administrativos (Resolução-TRE-RN nº 73/2022), incluindo citações, intimações, notificações e envio de ofícios às partes, terceiros, interessados ou outros intervenientes na relação processual, ressaltando-se que a modalidade de comunicação eletrônica poderá ser adotada como forma preferencial tanto no 1º quanto no 2º grau de jurisdição, nos processos de prestação de contas partidárias e eleitorais, e atende aos princípios de celeridade e eficiência processual, contribuindo assim para a redução da duração do processo, o que se reflete em benefício para o jurisdicionado.

Programa de acompanhamento permanente das zonas eleitorais (PAP)

O Provimento-CRE-RN nº 2/2022 regulamentou o Programa de Acompanhamento Permanente das Unidades Jurisdicionais (PAP) com o objetivo de monitorar e desenvolver o aperfeiçoamento das unidades com maior dificuldade em atingir as Metas Nacionais 1 e 2 ou com recorrente excesso de prazo de conclusão superior a 100 dias, a fim de promover celeridade e produtividade na prestação jurisdicional no âmbito do 1º grau de jurisdição.

As zonas eleitorais serão incluídas no PAP por determinação do corregedor regional eleitoral, após análise dos dados de cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ, extraída do sistema Atena ou por outro meio que indique a necessidade do acompanhamento de determinada zona eleitoral, tendo em vista o histórico de desempenho em período igual ou superior a dois anos.



Melhorias no processamento das prestações de contas

O Tribunal regulamentou os procedimentos para inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados no Setor Público Federal (Cadin) dos devedores de créditos não quitados provenientes de decisões definitivas proferidas pela Corte e pelos juízos eleitorais, em processos de prestação de contas anuais dos partidos políticos, bem como de contas de campanha eleitoral, medida que contribui para o efetivo cumprimento de decisões e sentenças judiciais.

3 Visitas institucionais

Ao longo da gestão, o desembargador Gilson Barbosa realizou visitas aos fóruns e cartórios eleitorais de todo o Rio Grande do Norte, para verificar principalmente as condições de trabalho dos servidores e colaboradores, a situação do ambiente físico e as demandas mais prementes das unidades

Gestão documental e Memória institucional

A servidora Ana Paula, do Centro de Memória/Biblioteca, recebeu os prêmios do CNJ em Recife e os entregou em Natal ao presidente do TRE, na presença de juízas da Corte e da diretora-geral da instituição

No I Prêmio da Memória do Poder Judiciário, o TRE-RN recebeu o prêmio da categoria especial do ramo Justiça Eleitoral, atribuído ao desenvolvimento do "Portal da Memória", e a menção honrosa pela exposição virtual "25 anos de uso da urna eletrônica", realizada em parceria com outros Regionais

Assegurar a implantação da política de gestão documental em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário e a divulgação permanente da jurisprudência do Tribunal foram também importantes diretrizes adotadas pela gestão. E nessa área o TRE-RN registrou no biênio importantes conquistas.

Gestão da Memória

O Centro de Memória Professor Tarcísio Medeiros (NCEM) participou de eventos significativos promovidos pela Rede de Memória da Justiça Eleitoral (Reme) e pela Rede de Memória do Poder Judiciário Nacional (Memojus), além de estar presente em encontros nacionais da Memória.

No Encontro de Memória do ano de 2022, o Tribunal participou da elaboração do *Manual de Gestão da Memória do Poder Judiciário* (Proname), lançado pelo CNJ em fevereiro de 2021, além de atuar com a apresentação de propostas em prol da recuperação da Memória institucional dos órgãos do Poder Judiciário, o que valeu ao NCEM duas premiações no I Prêmio da Memória do Poder Judiciário: o prêmio da categoria especial do ramo Justiça Eleitoral foi atribuído ao desenvolvimento do "Portal da Memória" e a menção honrosa à realização da exposição virtual "25 anos de uso da urna eletrônica", esta em parceria com os TREs BA, CE, ES, MT, SC, SP e TO.

Implantado em 2021, o Portal obedeceu em sua concepção aos requisitos fixados na Resolução CNJ nº 324 e às diretrizes do *Manual de Gestão da Memória do Poder Judiciário*, passando a reunir num mesmo espaço os *links* de acesso às informações produzidas e acumuladas pelo TRE-RN acerca da história institucional, constituindo-se um instrumento fundamental de informação e difusão da Memória eleitoral.

Além dessas ações, o NCEM participou de forma virtual (devido ao isolamento imposto pela emergência da Covid-19) em publicações eletrônicas acerca da história eleitoral e em eventos como a 14ª Primavera de Museus (set. 2020), Dia da Memória do Poder Judiciário, 19ª Semana Nacional de Museus (maio 2021); 15ª Primavera dos Museus (set. 2021); exposição virtual "25 anos de uso da urna eletrônica" (out. 2021) e exposição virtual "90 anos da Justiça Eleitoral" (fev. 2022).

*

Em 2021, foi instituída a política de Gestão da Memória no TRE-RN (Resolução nº 53/2021), além do processo de gestão do acervo museal, uma inovação nas unidades de Memória do Judiciário.

Museu Virtual

De setembro de 2020 a maio de 2022, o Museu Virtual da Justiça Eleitoral do RN recebeu 3.347 visitações às exposições virtuais:

a) Dia da Memória do Poder Judiciário - 719 visitas;

b) 25 anos de uso da urna eletrônica - 720 visitas;

c) 90 anos da Justiça Eleitoral - 381 visitas; e

d) Revisitando a História: atas eleitorais dos séculos XIX e XX - 636 visitas.

TITULO DE ELEITOR N.
Provincia do Rio Grande do Norte
COMARCA DO NATAL
MUNICIPIO DA CIDADE DO NATAL
PARROCHIA
1º DISTRICTO
QUARTEIRÃO
NOME DO ELEITOR
Qualificativos.
Numero de ordem.
No alistamento geral.

Título de eleitor da época do Império (detalhe de peça do acervo do TRE-RN)

25 anos da urna eletrônica

No intuito de estreitar o relacionamento com a sociedade e fortalecer a confiabilidade do processo eletrônico de votação, em 2021 o TRE-RN promoveu o projeto Prata da Casa, coordenado pela Escola Judiciária Eleitoral do RN em comemoração aos 25 anos da urna eletrônica.

90 anos da Justiça Eleitoral

Em 2022, a Justiça Eleitoral comemora os 90 anos de sua criação. Em alusão a esse marco, foi instituído no Tribunal o grupo de trabalho responsável pela organização das atividades comemorativas do evento. Uma série dessas ações foi realizada ao longo do ano e culminou nas festividades do dia 9 de agosto, o mês em que foi instalado o TRE-RN.

90 anos da Justiça Eleitoral

A cerimônia em comemoração aos 90 anos da Justiça Eleitoral foi conduzida pelo desembargador Gilson Barbosa (presidente) e contou com distribuição de agenda personalizada, apresentação de canto coral e execução do Hino Nacional pela soprano Welma Menezes (juíza da 49ª ZE), acompanhada ao teclado pelo maestro Eli Cavalcante, regente do Coral do TRE-RN

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte comemorou no dia 9 de agosto de 2022 os 90 anos da Justiça Eleitoral potiguar.

A celebração, que aconteceu logo após a sessão plenária, foi conduzida solenemente pelo presidente do TRE-RN, desembargador Gilson Barbosa, e contou com a primeira apresentação pública do coral da instituição, cujo desempenho foi elogiado pelos presentes. Houve ainda a execução do Hino Nacional pela soprano Welma Menezes (juíza da 49ª ZE), acompanhada ao teclado pelo maestro Eli Cavalcante, regente do Coral do TRE-RN, além de distribuição de agenda personalizada com a logomarca do evento.

O presidente iniciou a cerimônia falando do contexto histórico em que a Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte foi criada e destacou o papel pioneiro da mulher potiguar na história política e eleitoral do país, a exemplo da natalense Celina Guimarães Viana.

Pioneirismo

Celina Guimarães foi a primeira eleitora do Brasil, alistando-se aos 29 anos de idade. Com o advento da Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927, o Rio Grande do Norte foi o primeiro Estado a estabelecer que não haveria distinção de sexo para o exercício do sufrágio. Assim, em 25 de novembro de 1927, na cidade de Mossoró, foi incluído o nome de Celina Guimarães Vianna na lista dos eleitores do Rio Grande do Norte. O fato teve repercussão mundial, por se tratar não somente da primeira eleitora do Brasil, como também da América Latina.

O desembargador presidente aproveitou o momento para externar seu sentimento de se encontrar na condição de presidente do TRE-RN em data tão importante.

Corte Eleitoral na sessão solene dos 90 anos da Justiça Eleitoral

"É com satisfação que presido este Tribunal quando a Justiça Eleitoral completa 90 anos. Quero agradecer a todos os que contribuíram de alguma maneira para este momento, desde os integrantes desta corte, do senhor vice–presidente ao mais jovem juiz que a integra, a todos os servidores indistintamente, desde a diretora-geral até o mais humilde dos estagiários. Isto é a Justiça Eleitoral", disse o presidente.

Ao fim da cerimônia, magistrados, servidores, estagiários e demais funcionários do Tribunal partiram bolo em homenagem aos 90 anos da Justiça Eleitoral, patrocinado pela Associação dos Servidores da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte (Assejern).

Série de eventos

O Regional potiguar realizou ao longo do ano de 2022 uma série de eventos em comemoração à importante data; dentre eles, destacaram-se: abertura oficial das comemorações em sessão plenária da Corte, poesia em homenagem aos 90 anos, cordéis evidenciando o pioneirismo da mulher potiguar na política nacional e campanha solidária de doação de sangue. O ponto alto das comemorações foi a cerimônia do dia 9, que mereceu inclusive a composição de um hino comemorativo executado pelo Coral do TRE-RN, de autoria do servidor Renato Vilar.

Memória

A Justiça Eleitoral foi instituída pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932 (arts. 5º a 29). Em 5 de agosto desse mesmo ano, na rua da Conceição nº 622 (atual Instituto Histórico e Geográfico do RN), teve lugar a primeira sessão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas anunciou pela rádio a nova ordem do país. Outorgada nesse mesmo dia, a Constituição de 1937 extinguiu a Justiça Eleitoral, aboliu os partidos políticos, suspendeu as eleições livres e estabeleceu a eleição indireta para presidente da República.

Em 28 de maio de 1945,a Justiça Eleitoral foi enfim reinstalada no Brasil. No Rio Grande do Norte, o Tribunal Regional Eleitoral foi reinstalado somente em 12 de junho de 1945.

Estratégia, gestão e governança

Capítulo especial da atual administração foram as ações realizadas no sentido de assegurar a integração e eficiência do sistema de governança além da atualização e do alinhamento do planejamento estratégico institucional com as diretrizes do Poder Judiciário. Destacou-se, nesse sentido, a revisão do plano estratégico institucional para o sexênio 2021-2026 e seus desdobramentos nas áreas de gestão.

Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte 2021-2026 (Pejern)

O Pejern 2021-2026 foi elaborado em estreito alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário instituída pela Resolução-CNJ nº 325/2020 para o mesmo período. Dessa forma, os objetivos institucionais foram correlacionados aos macrodesafios da norma de referência e com as políticas judiciárias nacionais; ademais, manteve integração com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, à qual aderiu o Poder Judiciário em 2019, vinculando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aos direcionadores da estratégia e estabelecendo em seu escopo os princípios da boa governança e da gestão responsável.

De modo inovador, introduziu o plano de metas bienal, a ser revisado a cada mudança de gestão, fortalecendo assim o processo de transição dos dirigentes do Tribunal e orientando o alinhamento do plano de gestão do biênio à estratégia.

No primeiro ciclo de avaliação da estratégia institucional, em que pesem os desafios internos enfrentados pelo Tribunal para promover a qualidade dos serviços prestados pela instituição à sociedade, os resultados apresentam ótimos percentuais de satisfação e demonstram o empenho do órgão em assegurar a continuação das atividades com foco estratégico.

Estratégia de Auditoria Interna 2021-2026

O TRE-RN atuou intensamente durante a gestão do desembargador Gilson Barbosa para assegurar que a atividade de auditoria interna fosse realizada em conformidade com as diretrizes da Resolução-CNJ nº 309/2020.

Aprovada pelo Tribunal em 2021, a Estratégia da Auditoria Interna para o sexênio 2021-2026 (E-Aud) foi elaborada com o propósito de estabelecer o direcionamento tático das ações da área, em alinhamento com a estratégia organizacional e as práticas internacionais.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2021-2022

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) é o instrumento de orientação e direcionamento das principais ações do TRE-RN no que se refere à gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação, estabelecido para o período inicial 2021-2022. Está alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 (Resolução-CNJ nº 325), à Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (Enticjud) 2021-2026 (Resolução-CNJ nº 370) e ao Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do RN 2021-2026 (Resolução-TRE-RN nº 49/2021).

O objetivo do Plano Diretor é contribuir para o alcance da estratégia institucional do Tribunal no campo das tecnologias, definindo ações específicas – ao mesmo tempo que se configura um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC, em apoio ao Tribunal no atendimento das exigências de agilidade, flexibilidade, efetividade, segurança e inovação, principalmente no cenário de transformação digital a ser enfatizado no Poder Judiciário até o ano de 2026.

Programa de Qualidade da Auditoria Interna

Em cumprimento ao disposto no art. 62 da Resolução-CNJ nº 309/2020, o Programa de Qualidade da Auditoria Interna (PQ-Aud), elaborado em 2021, contempla um sistema de mensuração e modelos de avaliação contínua e periódica das atividades e funções da auditoria interna.

O Programa deve prever avaliações internas e externas com a finalidade de mensurar a qualidade das atividades realizadas e de identificar oportunidades de melhoria para o contínuo aprimoramento da área, que constitui a 3ª linha ou camada de atuação do TRE-RN em matéria de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

De setembro a outubro de 2021, como ação inicial de avaliação periódica da qualidade dos serviços prestados pela Auditoria Interna, foi coletada a percepção de 21 gestores da Diretoria-Geral e das Secretarias acerca das atividades da área, com média de 84,2% de concordância quanto às contribuições da Auditoria para a eficácia da gestão.

Painéis de informações sobre o cumprimento de recomendações internas e externas

Iniciados nos primeiros meses da gestão, foram disponibilizados ao TRE-RN em abril de 2021 vários painéis informativos acerca das recomendações dos órgãos de controle externo e auditoria interna, para acompanhamento pelas unidades administrativas. É um projeto inovador e estruturante inserido no Plano Anual da Auditoria Interna 2021 com o objetivo de aprimorar o controle e a transparência do cumprimento das recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo, configurando-se importante instrumento de transparência das informações institucionais.

Campanha de conscientização da Auditoria Interna

A Auditoria Interna do TRE-RN tem como missão aumentar e proteger o valor organizacional, por meio de avaliações e consultorias baseadas em riscos, cujas atividades são orientadas pelos atributos integridade, profissionalismo, cooperação e inovação, norteadas pelo lema "Ouvir, compreender e ajudar". Nesse sentido, em comemoração ao Mês de Conscientização Profissional da Auditoria Interna, criado pelo Instituto Internacional de Auditores Internos, com representação também no país (IIA Brasil), foram realizadas em maio de 2022 diversas ações de iniciativa interna, a fim de reconhecer e valorizar o trabalho dos profissionais da área.

Além da confecção e afixação de cartazes e publicação de notícias disseminando a importância da Auditoria Interna como parceira e facilitadora da governança institucional, também foram colhidos depoimentos em que os servidores da área demonstram orgulho do exercício profissional de auditor interno.

Para finalizar a campanha, foram coletados depoimentos de gestores e gestoras sobre suas percepções em relação aos benefícios advindos de trabalhos avaliativos realizados por auditores e auditoras ao longo dos anos, registrados em vídeo institucional acessado no Canal do TRE-RN (Youtube).

Perfil de Governança e Gestão 2021

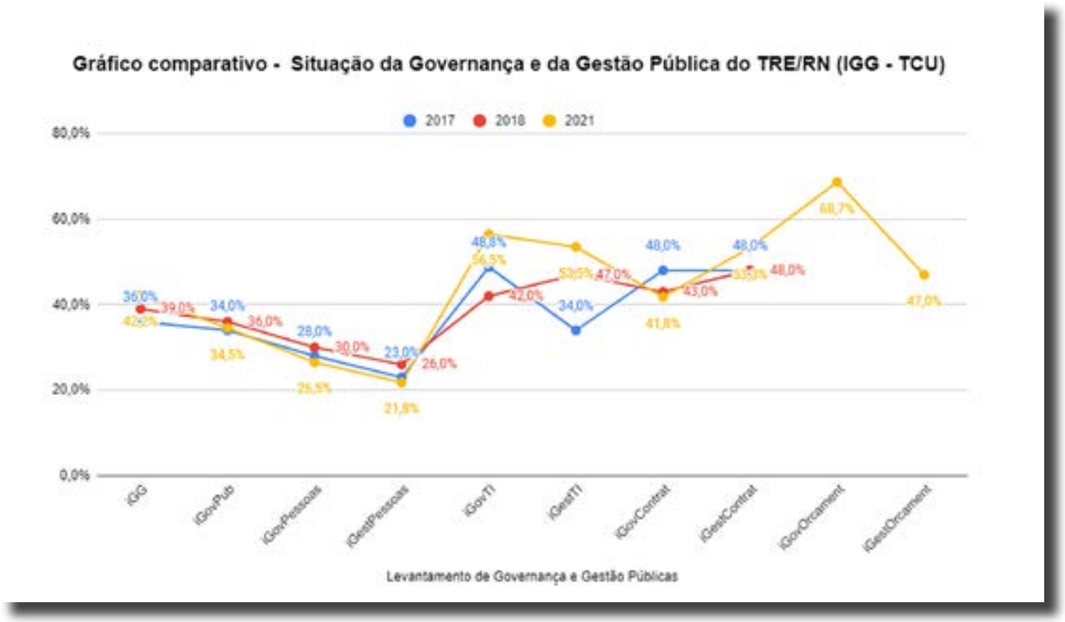
Periodicamente, o Tribunal de Contas da União (TCU) disponibiliza questionários eletrônicos de autoavaliação institucional às organizações da Administração Pública Federal e a outros entes jurisdicionados do TCU, com a finalidade de mensurar o nível de adoção de boas práticas de governança e gestão pelas instituições e identificar eventuais vulnerabilidades, representativas da capacidade de gerenciamento dos recursos sob a responsabilidade desses entes. O resultado do diagnóstico recebe a denominação de "Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas" e contribui para a consolidação do índice de Governança e Gestão (iGG).

De posse desse levantamento, a partir dos resultados gerais, o TCU expede acórdãos com deliberações aos órgãos destinatários e divulga sumário executivo e relatórios individualizados das organizações participantes, impulsionando avanços às áreas avaliadas. Esses avanços, acompanhados da evolução do nível de maturidade da gestão, contribuem para aprimorar a capacidade de transformar recursos públicos em melhores resultados para a sociedade, em termos de serviços e de políticas públicas.

Na ótica do TCU, bons resultados decorrem da aplicação de boas práticas de liderança, estratégia e controle (fundamentos da governança organizacional), acompanhadas de estruturas eficientes de gestão das operações nas áreas de Pessoas, Segurança, Tecnologia da Informação e Aquisições/Contratações.

A análise situacional do Tribunal nas últimas três autoavaliações conduzidas pelo TCU (ciclos 2017, 2018 e 2021) reflete a evolução gradativa, ao longo dos anos, da capacidade de governança e gestão do TRE-RN, considerando-se o crescimento do índice de 36,0%, em 2017, para 42,2%, em 2021. O índice geral apresentou aumento ao longo dos anos, evoluindo do nível Inicial para o Intermediário.

(V. o Gráfico comparativo)



Na ótica do TCU, bons resultados decorrem da aplicação de boas práticas de liderança, estratégia e controle (fundamentos da governança organizacional), acompanhadas de estruturas eficientes de gestão das operações nas áreas de Pessoas, Segurança, Tecnologia da Informação e Aquisições/Contratações

Segurança orgânica consonante com a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário

O TRE-RN aderiu em maio de 2021 ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), coordenado pela Rede de Controle da Gestão Pública, e participou da autoavaliação institucional disponibilizada pelo programa na plataforma e-Prevenção, contemplando os mecanismos Prevenção, Detecção, Investigação, Correção e Monitoramento.

O resultado, consolidado em relatório que pode ser extraído do e-Prevenção, demonstrou o nível de aderência do TRE-RN às boas práticas preconizadas pelo programa – que nortearão ações continuadas para atuação em consonância com o art. 49, III, da Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital). Da adesão ao PNPC, a "Marca do Participante", disponibilizada pelo sistema, foi afixada no portal eletrônico da internet do Tribunal.

Mecanismos	Componentes
Prevenção	Gestão da ética e integridade Controles preventivos Transparência
Detecção	Controles detectivos Canal de denúncias Auditoria interna
Investigação	Pré-investigação Execução da investigação
Correção	Ilícitos éticos e administrativos Ilícitos civis e penais
Monitoramento	Monitoramento contínuo Monitoramento geral

O PNPC é uma proposta inovadora adotada pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) – por intermédio da Ação 9/2021, com coordenação e execução pelas Redes de Controle nos Estados – patrocinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU), e conta com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). O Programa é voltado aos gestores das organizações públicas das três esferas de governo e dos três Poderes em todos os Estados da Federação – e tem o objetivo de reduzir os níveis de fraude e corrupção no Brasil a patamares similares aos de países desenvolvidos.

Prêmio CNJ de Qualidade 2020 e 2021

A terceira edição (2021) do Prêmio CNJ de Qualidade, lançado em 2019, apresentou mudanças na forma de pontuação e na avaliação, em relação ao ano anterior, além de definir parâmetros de classificação por segmento de Justiça – Estadual, Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar e Tribunais Superiores –, alterando o modelo até então adotado de *ranking* geral, o que possibilitou avaliar os participantes de forma paritária.

Os 42 requisitos do Prêmio 2021 foram agrupados em quatro eixos: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia, com premiação nas categorias Diamante, Ouro e Prata para os tribunais que apresentaram os melhores desempenhos.

Em 2021, o TRE-RN obteve o prêmio Prata, com 812,09 pontos de um total de 1.010 (80,40%), demonstrando a evolução institucional no atendimento dos requisitos anuais da premiação.

Ano	Total. Pontos	Pontuação TRE-RN	Resultado TRE-RN	Classificação
2020	940	734,5	78,14	Ouro
2021	1.010	812,09	80,40	Prata

1 Eventos

Campanhas como a do Natal dos Terceirizados e Desapego Solidário e os projetos Prata da Casa e Parlamento Jovem, este lançado no município de João Câmara, foram iniciativas humanitárias e de participação social e inclusão realizadas durante a gestão do desembargador Gilson Barbosa

O Coral do TRE-RN surgiu em 2022 com a finalidade de contribuir, por meio da atividade musical, para promover o bem-estar e a saúde no ambiente de trabalho

O Mudança de Hábito estimula a adoção de hábitos saudáveis pelos colaboradores, como a boa alimentação, a prática de exercícios físicos e a convivialidade

Desenvolvimento e qualidade de vida das pessoas

O TRE-RN também adotou como diretrizes práticas de gestão de pessoas que promovem o desenvolvimento de competências com foco em resultados, como também estabeleceu critérios para a ótima alocação de pessoal e a sucessão qualificada de gestores.

Processo seletivo para ocupação de cargos e funções comissionadas

Buscando a melhoria do atendimento prestado pelas zonas eleitorais, foram realizados em 2021 dois concursos internos de remoção: um para o cargo de analista judiciário e outro para o cargo de técnico judiciário da área administrativa (Concurso de Remoção nº 1/2021 e Concurso de Remoção nº 2/2021, respectivamente).

Esses concursos internos foram imprescindíveis para a recomposição da força de trabalho das ZEs, tendo em vista que o Tribunal Superior Eleitoral, ao fim do exercício de 2021, liberou o provimento dos cargos vagos à época, tendo a Administração não poupado esforços para nomear oito novos servidores para atuar nas zonas eleitorais, conforme vagas remanescentes dos concursos de remoção, sendo seis para cargos de técnico judiciário da área administrativa e duas para cargos de analista judiciário.

Durante a gestão, foram ainda realizadas três redistribuições obrigatórias e duas redistribuições por reciprocidade com cargo ocupado, para o cargo de técnico judiciário da área administrativa, nos termos da Resolução-TSE nº 23.563/2018.

Reforçar a relevância estratégica do processo de formação e aperfeiçoamento para o desenvolvimento institucional também foi preocupação da área de Gestão de Pessoas, que encontrou no ensino a distância uma forma de atender a essa diretriz, priorizando a modalidade EaD, para ampliar a participação dos servidores e fomentar o desenvolvimento de novas competências.

Uma nova perspectiva em EaD

A Gestão de Pessoas concluiu em 2021 a contratação de empresa de prestação de serviço de desenvolvimento e aprimoramento de ações educacionais na modalidade Educação a Distância, compreendendo serviços de Design Instrucional, Design Gráfico e de Web e Técnico de Produção Audiovisual, com o objetivo de elevar a qualidade e a quantidade dos materiais necessários à realização de cursos online. Por meio da empresa contratada, o Tribunal avança no desenvolvimento de eventos internos de capacitação via EaD, ampliando assim o acesso de magistrados e servidores a cursos e treinamentos nessa modalidade, além de reduzir custos com deslocamentos e inscrições de colaboradores para participação em eventos de capacitação.

Modelo unificado de capacitação

Em 5 de outubro de 2021, a Resolução-TRE-RN nº 60 instituiu o Regimento Interno da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Norte (EJE-RN), alterando a estrutura organizacional dessa unidade, tendo como principal objetivo concentrar na EJE as atividades de capacitação e ensino a distância e unificar as regras de execução dos cursos voltados a magistrados e servidores.

O objetivo da mudança foi organizar de forma mais eficiente a capacitação da força de trabalho do Tribunal, com a adoção de um modelo de capacitação unificado que permitisse o fortalecimento da presença de magistrados nos cursos, tanto na condição de docentes, quanto na de discentes, e a atualização dos regramentos sobre cursos e capacitações nos moldes preconizados pelo TSE e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

A pandemia da Covid-19 ressaltou a necessidade de os tribunais e as grandes instituições investirem na capacitação remota, ao mesmo tempo que a criação do Núcleo de Ensino a Distância, vinculado à EJE, inaugurou uma unidade institucional voltada exclusivamente à qualificação funcional em modo virtual, com atribuições concentradas no desenvolvimento do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Tribunal (AVA).

Humanização das relações de trabalho

Também se colocou como diretriz da gestão do desembargador Gilson Barbosa desenvolver práticas e projetos que assegurassem a humanização nas relações de trabalho e incentivassem a melhoria contínua da qualidade do clima organizacional, de que são exemplos os programas Viva Melhor – com os projetos Mudança de Hábito e Blitz Postural –, e o Programa de Saúde Ocupacional.

Projeto Mudança de Hábito

Iniciado em abril de 2022, com duração de dois meses, o Mudança de Hábito se apresenta como ação preventiva de excelente estratégia para reduzir o sedentarismo e estimular a adoção de hábitos saudáveis nos colaboradores, como a boa alimentação, a prática de exercícios físicos e ações de integração entre pessoas no ambiente de trabalho. Nesse projeto, as atividades físicas e a orientação nutricional são acompanhadas por profissionais especializados.

Blitz Postural

Considerando-se que as doenças osteomusculares têm-se apresentado de modo recorrente entre as cinco principais causas de absenteísmo de servidores do Tribunal, sendo a segunda maior causa de afastamento para tratamento da própria saúde, a realização da Blitz Postural buscou levar ao corpo funcional orientações ergonômicas – fornecidas por um fisioterapeuta de forma presencial e remota –, no intuito de corrigir posturas corporais inadequadas adotadas pelos servidores no dia a dia e estimular a realização de exercícios e alongamentos diários, a fim de prevenir doenças e minimizar ou sanar sequelas e dores já instaladas. Também foi preciso reformular atividades que deveriam ocorrer predominantemente em modo presencial, mas que devido à pandemia foram inviabilizadas nesse formato. Assim, a Comissão de Qualidade de Vida no Trabalho precisou readequar muitas das ações presenciais para o formato remoto, a fim de que pudessem ser amenizados os vários problemas osteomusculares identificados no período da pandemia.

Programa de Saúde Ocupacional e redução do absenteísmo no trabalho

Para a elaboração do Plano de Saúde Ocupacional, foi necessário um diagnóstico do cenário atual de saúde dos magistrados, servidores e estagiários, realizado de 1º de março a 7 de abril de 2022 mediante pesquisa que contou com a participação significativa de 285 pessoas (48,71% dos servidores). A partir desse diagnóstico, foi possível planejar as ações.

Considerando-se que os atestados médicos constituem apenas uma fonte de informação acerca da saúde e há problemas não necessariamente geradores de afastamentos no presente, mas que representam enorme risco à saúde no futuro, buscou-se investigar diretamente com as pessoas a sua condição geral de saúde.

A realização da pesquisa teve como objetivo coletar dados para que o planejamento das ações de saúde e qualidade de vida tivessem como foco a prevenção, a fim de alcançar a melhora da saúde de magistrados, servidores e estagiários, o que também implica redução nos índices de absenteísmo.

Essas ações de prevenção em saúde ganham importância ainda maior no contexto da pandemia da Covid-19, dado que se tem conhecimento de que a doença pode deixar sequelas em vários órgãos do corpo humano. O resultado desse esforço foi consolidado no Programa de Saúde Ocupacional, que tem em seu escopo as seguintes ações:

- estímulo à realização dos exames periódicos de forma regular, com foco na prevenção e no controle das DCNTs, além de rastreio oncológico e

O Tribunal viabilizou nas instalações do próprio TRE-RN a vacinação contra o vírus Influenza, em 2021

vacinação, a fim de promover o acompanhamento mais intensivo da sáude dos servidores;

• estímulo à busca pelo serviço de Psicologia da SAMS, a partir de maio de 2022;

• publicação regular de informativos sobre temas de saúde na intranet do Tribunal (ação retomada em abril de 2022, com notícia que trazia esclarecimentos sobre sintomas e procedimentos de prevenção à dengue);

• estudos para implementação de terapias de reabilitação e de relaxamento (Sala de Descompressão), considerando-se o resultado da pesquisa, que aponta um alto percentual de servidores com alguma demanda ortopédica ou psiquiátrica;

• estudos para contratação de profissional para a realização de ginástica laboral de forma contínua, haja vista o alto índice de servidores com alguma demanda ortopédica, bem como de nutricionista;

• palestras sobre Saúde Mental.

Ainda no que se refere ao cuidado com a saúde da força de trabalho, o Tribunal viabilizou nas instalações do próprio TRE-RN a vacinação contra o vírus Influenza, em 2021, para prevenir a gripe H1N1 e reduzir a incidência de doenças do trato respiratório.

Foram vacinadas 147 pessoas, entre servidores, magistrados, estagiários e terceirizados.

Enfrentamento à pandemia da Covid-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracterizou a Covid-19 como pandemia, o TRE-RN envidou esforços para adequar seus serviços, substituindo os atendimentos presenciais ofertados aos eleitores por soluções tecnológicas disponibilizadas na web, como, por exemplo, o aplicativo Título Net.

Ferramentas de mensagem eletrônica (e-mails) e aplicativos como o Whatsapp também foram amplamente utilizados, inclusive para convocação de mesários, fato que gerou redução drástica na quantidade de mandados cumpridos a esse fim pelos oficiais de justiça e, consequentemente, do gasto financeiro para a prestação desse serviço.

A instituição da telemedicina no TRE-RN em 2020, em caráter excepcional (enquanto perdurasse o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19), otimizou a assistência médica para quem estava a serviço da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte, facilitando o acesso aos serviços de saúde por quem estava lotado nos cartórios eleitorais. Essa medida, além de ampliar o acompanhamento da saúde funcional, também permitiu reforçar a necessidade de se manter o isolamento social, de modo a contribuir para o retardamento da propagação do vírus SARS-CoV-2.

A telemedicina também elevou o número dos atendimentos realizados pelo serviço de saúde do TRE-RN, uma vez que possibilitou dar mais celeridade às consultas, tendo-se chegado, durante o período de setembro de 2020 a abril de 2022, ao número de 2.649 atendimentos realizados, fato que demonstrou que a Sams prestou importante suporte a magistrados, servidores e estagiários do TRE-RN durante o período da pandemia, além do valoroso acompanhamento prestado pelos médicos aos servidores que precisaram de hospitalização nesse período.

Os atendimentos odontológicos continuaram disponíveis, tendo havido a suspensão dos atendimentos eletivos nos momentos mais críticos, como forma de proteção à saúde das pessoas, sendo que os atendimentos de urgência ficaram disponíveis durante todo o período, chegando-se ao número de 534 atendimentos no biênio 2020-2022. Houve ainda a disponibilização de serviço de aconselhamento prestado por profissional de psicologia.

Ações de enfrentamento da pandemia da Covid-19

A preocupação em proteger a força de trabalho, de forma que se mantivesse segura e saudável, também introduziu a atividade de triagem, pela equipe médica do Tribunal, daqueles que se enquadravam nos grupos de risco para as formas mais graves da Covid-19, medida que resultou na manutenção de muitos profissionais em regime de trabalho remoto, afastados das instalações da Justiça Eleitoral até que se alcançasse um cenário propício para o retorno ao trabalho presencial.

Foi priorizado pelo TRE-RN o trabalho a distância no decorrer desta gestão, excetuando-se pequenos períodos em que os dados epidemiológicos se encontravam favoráveis ao retorno gradual ao trabalho presencial, somente efetivado em sua totalidade a partir do dia 25 de abril de 2022.

Nesse ínterim, observou-se a ampliação do regime de teletrabalho no âmbito da Secretaria do Tribunal e dos cartórios eleitorais, dando-se mais relevância e foco ao atingimento das metas preestabelecidas pela Administração – o que elevou a maturidade da instituição quanto aos indicadores de produtividade.

Atualmente, o Tribunal conta com 35 servidores em regime de teletrabalho.

Teletrabalho e trabalho híbrido

O teletrabalho foi instituído no TRE-RN pela Resolução nº 37/2020, que estendeu essa inovação às zonas eleitorais, incluindo a sua realização pelas chefias dos cartórios eleitorais. O trabalho híbrido (Port. Conjunta-PRES-CRE nº 23/2021) foi implementado, por sua vez, para adaptar o funcionamento do Tribunal ao contexto de pandemia da Covid-19. Essa modalidade ainda está em vigor na instituição, devido ao fato de persistir no país o cenário de necessidade de saúde preventiva ao novo coronavírus, e de o trabalho híbrido ter-se mostrado uma alternativa exitosa, por assegurar o bem-estar e a saúde do servidor sem comprometimento da produtividade.

Trabalho remoto

Além do regime de teletrabalho, o TRE-RN possibilitou no período da pandemia a ocorrência do trabalho remoto, que diferentemente do teletrabalho não tem como condição o alcance de metas, mas exige o cumprimento regular do horário de expediente – fora das instalações do Tribunal. Essa modalidade permanece até hoje, embora integrando uma forma híbrida (de natureza remoto-presencial). Essas novas formas de trabalho trouxeram grande satisfação ao conjunto de servidores e indicaram ganhos na produtividade e na qualidade de vida do corpo funcional.

A necessidade de adaptações aos serviços ofertados à sociedade e também às atividades internas impôs nestes tempos grandes desafios à instituição, que por sua vez impulsionaram a criatividade, a inovação e o aprendizado surpreendente disseminado por toda a Justiça Eleitoral norte-rio-grandense.

Pandemia da Covid-19

A equipe médica do TRE-RN teve atuação incansável no acompanhamento da pandemia da Covid-19 – doença que acometeu magistrados, servidores, terceirizados e estagiários –, e alcançou resultados positivos nesse cenário desafiador, que chegou a 281 casos suspeitos e 180 casos confirmados da doença no biênio, até o momento.

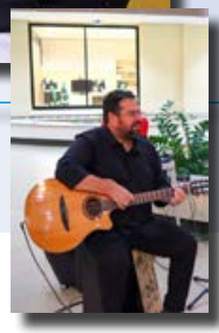
Na seara administrativa, com o avanço da imunização e o retorno ao trabalho presencial, algumas medidas de enfrentamento à pandemia foram suspensas, mantendo-se ainda aquelas consideradas relevantes para a prevenção do contágio, tais como: desinfecção reforçada de objetos e ambientes, corrimãos, maçanetas, botões de elevador, parapeitos, teclados utilizados no registro de ponto eletrônico e instalação de anteparos de acrílico, entre outras.

Destacam-se também os normativos aprovados conjuntamente pela Presidência e pela Corregedoria Regional Eleitoral, regulamentando as atividades funcionais do Tribunal e das zonas eleitorais.

Arte e cultura

Ações de incentivo cultural no âmbito da música, da arte e da literatura também receberam a atenção da atual gestão, de que foi exemplo a criação, em maio de 2022, do Coral do TRE-RN, que surgiu com a finalidade de contribuir para o bem-estar e a saúde no ambiente de trabalho, haja vista que a atividade artística favorece a redução da ansiedade e do estresse e estimula o espírito de equipe e a integração entre os servidores, por se tratar de atividade coletiva de incentivo à cultura musical na instituição, além de abrilhantar os eventos promovidos pelo TRE-RN, interna ou externamente.

O funcionamento do Coral do TRE-RN também busca agregar os servidores, magistrados, colaboradores e estagiários da Justiça Eleitoral do Norte, como também seus familiares, por meio da música como expressão artística integradora, valorizando os talentos da Casa.



2 Eventos

Outras iniciativas de sucesso consistiram na campanha de doação de sangue e na comemoração do Dia do Aposentado, que homenageou esses valorosos colaboradores da Justiça Eleitoral que hoje se encontram distanciados das atividades funcionais; também recebeu destaque o projeto Eleitor do Futuro

Orçamento, contratações e sustentabilidade

Diretriz adotada pelo Tribunal consistiu em melhorar o desempenho institucional na avaliação da governança de aquisições pelo TCU, mantendo a aderência e os resultados das contratações às regras do orçamento impositivo da Administração Pública, de que fez parte o esforço de implementar soluções para conectar a elaboração da proposta orçamentária ao plano anual de contratações do TRE-RN. Tal iniciativa foi desdobrada em dois eixos: o primeiro de cunho normativo, por meio do qual foram revisadas as regulamentações atinentes às matérias, de forma a contextualizá-las e mapeá-las com uma visão ampla de conexão entre os processos; e o segundo de cunho tecnológico, a ser implementado numa etapa posterior, a partir do desenvolvimento de um sistema para automatização das tarefas.

No que diz respeito ao primeiro eixo, passou-se a adotar a partir de 2022 uma nova metodologia para a construção da Proposta Orçamentária (PO23) e do PAC2023. Além da presença da área orçamentária, das unidades demandantes (UGRs) e dos respectivos secretários, as reuniões em que se discutiu o orçamento de 2023 contaram com a participação do corpo diretivo da Casa, da assessora de Apoio à Governança e Gestão Estratégica (AGE) e do coordenador de Licitações, Contratos e Materiais (Colic), cujos representantes puderam trazer à discussão aspectos relativos às estratégias do Tribunal e à construção do PAC, visando a conferir um maior alinhamento entre os processos de Elaboração da PO23 e do PAC2023.

Destaque inegável da gestão foram as ações voltadas à preservação do meio ambiente e à sustentabilidade, como as iniciativas de redução do consumo de energia, água e materiais de expediente, e o incentivo ao plantio de vegetação nativa, com o oferecimento de mudas, além do esforço de aprimoramento da gestão do Plano de Logística Sustentável do Tribunal quanto à definição de metas, ao monitoramento de indicadores e à avaliação de resultados

Os esforços de organização e planejamento que vêm sendo empreendidos têm gerado resultados positivos para o Tribunal ao longo dos últimos exercícios, em termos de desempenho orçamentário, êxito que se repetiu em 2021 em relação aos indicadores Percentual de Inscrição em Restos a Pagar (2,8% da dotação autorizada das despesas discricionárias) e Utilização do Limite de Pagamento (91,5% do limite estabelecido pelo TSE), e classificou o TRE-RN na 2ª e 3ª colocação, respectivamente, no *ranking* geral da Justiça Eleitoral, conforme dados da SOF/TSE. Essa classificação motivou a continuidade das medidas de gestão exitosas e a readequação de procedimentos com base nas lições aprendidas.

Agregaram-se a essa realidade mais recente da avaliação de governança pública feita pelo TCU em 2021 os novos componentes avaliados – iGovOrçament e iGestOrçament –, cujos resultados (68,7% e 47%, respectivamente) classificam o nível do Tribunal como Intermediário, sendo o primeiro o melhor índice obtido pelo TRE-RN na avaliação da Corte de Contas no que se refere aos indicadores de governança. Esse resultado, ao tempo em que reconhece o processo evolutivo de maturidade institucional em matéria de gestão do orçamento, impulsiona a melhoria contínua e a necessidade de consolidação da boa governança orçamentária.

Desembargador Gilson Barbosa (presidente) e Yvette Guerreiro Maia (diretora-geral), na comemoração do Dia da Árvore (2021), que contou com plantio de mudas de ipê roxo nos jardins da sede do Regional e do Coje e doação de sementes

Padronização e uniformização

Também houve o esforço de padronizar instrumentos e uniformizar os planos de contratações administrativas, de TIC e de capacitação. A padronização dos instrumentos relativos à gestão das contratações teve seu impulsionamento no fim do ano de 2019, com a publicação da Portaria-GP nº 271/2019, ocasião em que foram elaborados o *Manual do Processo de Contratações Administrativas*, modelos de documentos e *checklists*. Em meados de 2020, em um processo de melhoria contínua, foram realizadas novas alterações e correções nos fluxos do processo de trabalho Contratações e em alguns modelos de documentos, gerando como resultado a versão 2.0 do *Manual do Processo de Contratações* (Portaria-GP-TRE-RN nº 11/2021).

Em 2021, os planos de contratações administrativas e de TIC foram uniformizados e passaram a integrar um documento único, colaborando assim para a melhoria qualitativa do acompanhamento da execução do PAC, uma vez que retrata o conjunto das contratações administrativas e de TIC, espelhando com mais precisão a realidade das contratações.

Responsabilidade socioambiental e Plano de Logística Sustentável

A gestão do desembargador Gilson Barbosa dedicou capítulo especial à responsabilidade socioambiental, tomando como compromisso a consecução de iniciativas voltadas à preservação equilibrada do meio ambiente, de que é exemplo o esforço de aprimoramento da gestão do Plano de Logística Sustentável (PLS) quanto à definição de metas, ao monitoramento de indicadores e à avaliação de resultados.

O PLS foi revisado em 2021 para se adequar às diretrizes do CNJ sobre a matéria e abrange o biênio 2021-2022, contemplando 21 indicadores (conjunto mínimo estabelecido pela Resolução-CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade do Poder Judiciário). A versão adequou alguns indicadores e suas respectivas fórmulas de cálculo à norma de regência do Poder Judiciário, mantendo-se as metas validadas em 2020 pela comissão gestora do PLS para os anos de 2021 e 2022, além de introduzir novos indicadores, para os quais a fixação de metas ficou condicionada à possibilidade de levantamento de série histórica e à análise segura dos dados estatísticos de que dispõe o órgão para definir os parâmetros de racionalização ao longo do período 2021-2026.

Gestão e desempenho dos indicadores de sustentabilidade

No ano de 2021, foi desenvolvida ferramenta de Business Intelligence (BI) para a gestão dos dados de sustentabilidade. Os painéis contemplam informações sobre os principais itens abrangidos pelo PLS, monitorados pela unidade de gestão socioambiental do TRE-RN, disponíveis para consulta pública e pelas unidades da Secretaria do Tribunal e zonas eleitorais, de modo a fortalecer a cultura do consumo consciente no órgão e as decisões de governança sobre o tema.

TRE-RN e sociedade em defesa da sustentabilidade

Dentre as ações voltadas ao meio ambiente que contaram com a participação social, destacam-se aquelas feitas pelo Tribunal e servidores no sentido de fortalecer o pilar da sustentabilidade, a saber:

- campanhas solidárias (campanha Rainha do Milho, com 170 doações; ação do Dia das Crianças, beneficiando filhos e filhas dos cooperados da cooperativa Cocamar com 67 doações; campanha Desapego Solidário, em que foram arrecadados 106kg de material; e Natal dos Terceirizados, com 247 doações).

- ações internas de sensibilização (comemoração do Dia Mundial da Água, 2021 e 2022; estímulo à impressão sustentável de papel; divulgação do vídeo "Eu sou sustentável"; comemoração da Semana do Meio Ambiente 2021 (ação coletiva do Judiciário local); *live* na Semana do Meio Ambiente, sobre o tema "Sustentabilidade e felicidade: faz sentido conectar os diálogos?" (2021); comemoração do Dia da Árvore em 2021 (vídeo de conscientização declamado por servidores, distribuição de sementes doadas e plantação de mudas de árvores no Regional); atualização de *banners* sobre uso de copo descartável pelo público externo; comemoração da Semana do Meio Ambiente 2022 (ação coletiva do Judiciário local, com palestra e atividades no Parque das Dunas e ação interna com troca de mudas, em parceria com o projeto Viveiro de Mudas; divulgação de curso patrocinado pelo TCU ao corpo funcional: "Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as entidades fiscalizadoras superiores" (2021); participação nos eventos Hora do Planeta (2021) e 8º Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário (2021); e curso de Licitações e Compras Sustentáveis na Administração Pública (2021);

- ações internas de capacitação: curso Licitações e Contratações Públicas (Idemp 2021)

Criação de ecoponto no TRE-RN

A criação de ecoponto no TRE-RN integra um projeto que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo de Gestão Socioambiental com apoio técnico da Seção de Engenharia, do qual já foram realizados os Estudos Preliminares e o Termo de Referência, estando agora em fase de elaboração o desenho arquitetônico.

Gestão eficiente de resíduos

Dando continuidade à política de gestão eficiente de resíduos no âmbito do TRE-RN, foi renovado o Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2019 com a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (Coocamar), a fim de promover a destinação adequada dos bens inservíveis do Tribunal, além de proporcionar maior celeridade processual ao desfazimento de materiais. Essa iniciativa se coaduna com os termos da recente normatização que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Decreto nº 10.936/2022), por meio da qual a participação de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis é priorizada.

O Tribunal também firmou o Acordo de Cooperação Técnica-TRE-RN nº 2/2021 com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, visando à movimentação de equipamentos eletrônicos e de processamentos de dados que forem elencados para desfazimento pelo TRE-RN, em caráter permanente, com troca de responsabilidade.

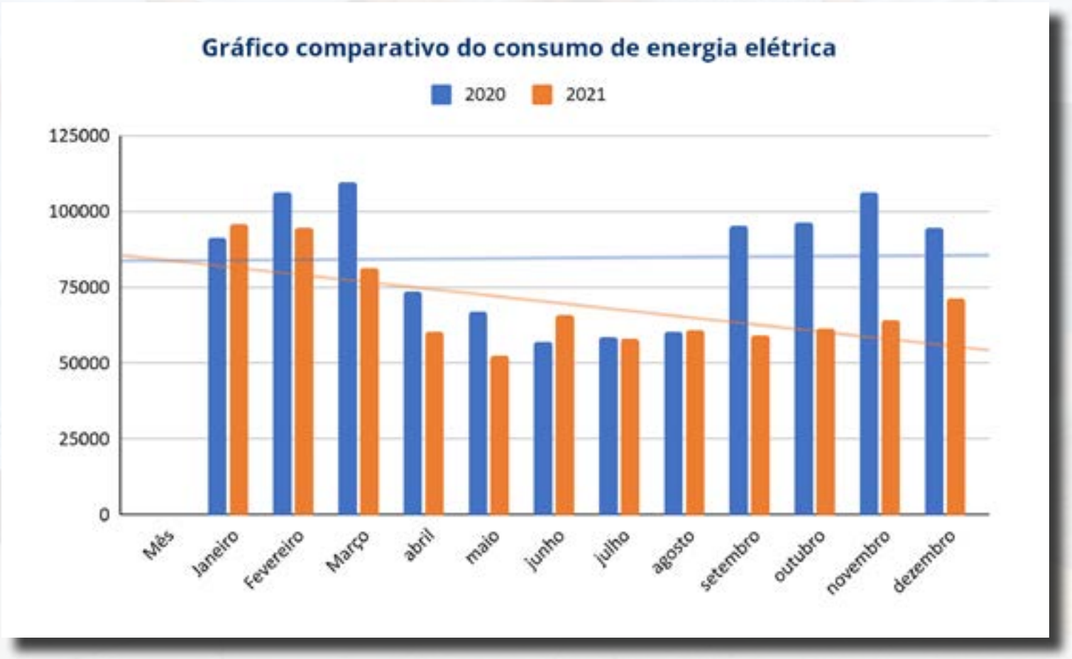
Cumpre ressaltar a publicação do Termo Aditivo nº 1 ao ACT-TRE-RN nº 2/2021, que incluiu a possibilidade de movimentação de aparelhos condicionadores de ar inservíveis para o Tribunal.

Política de redução de gastos com energia elétrica

Dando continuidade à política de redução de gastos com energia elétrica, o TRE-RN abriu processo licitatório para instalação de mais duas miniusinas (energia solar) em imóveis próprios da Justiça Eleitoral localizados nos municípios de João Câmara e Nova Cruz, em fase de contratação. Com esse aporte, o Tribunal passará a contar com cinco miniusinas instaladas em cartórios eleitorais do Interior e com uma usina de médio porte no Centro de Operações da Justiça Eleitoral. A instalação de mais duas usinas de microgeração, cada uma com 20Kwp, em prédios do Interior do Estado representará um aumento na geração mensal do TRE de cerca de 4.000KWh, traduzindo-se em economia de cerca de R$33.000,00 ao ano.

Tendo em vista que o investimento foi licitado e contratado por R$188.000,00, a redução nos gastos com energia elétrica amortizará o investimento em menos de 6 anos, com baixíssimo custo de manutenção e retorno positivo para a Administração e o contribuinte.

Fator relevante é o instituto da bandeira tarifária, que chegou a atingir a vermelha, patamar 2, conforme anunciado pela Agência Nacional de Energia Elétrica em junho de 2021, o que explica o aumento do valor pago nesse mês em mais de 15%, em relação a junho de 2020, mesmo tendo havido redução no consumo em kWh.



INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Sistema de Controle de Atas de Registro de Preços

Aproximadamente 85% das aquisições de materiais de consumo são realizadas atualmente por meio de pregão eletrônico via Sistema de Registro de Preços, o que gera um elevado quantitativo de atas a serem controladas no decorrer do exercício financeiro. Para administrar essa documentação, foi desenvolvido, em parceria com a Stie, o Sistema de Gestão de Atas de Registro de Preços, que possibilitará:

- o cadastramento padronizado dos pedidos de aquisições e a emissão dos valores estimados das contratações e dos editais, contratos e atas de registro de preços;
- o cadastramento das atas de RP; e
- o controle de saldo e vigência das atas de registro de preços e o controle gerencial das aquisições de materiais de consumo feitas por meio de atas de registro de preços.

As unidades envolvidas com as contratações via SRP (Semat, Setec e Selic) serão responsáveis pela alimentação do sistema.

Sistema de Suprimento de Fundos

Também se encontra em avançada fase de desenvolvimento o Sistema de Suprimento de Fundos, visando à melhoria do processo de trabalho Concessão, Aplicação e Prestação de Contas de Suprimento de Fundos, a fim de eliminar rotinas manuais e tornar o processo mais eficiente, célere e confiável, minimizando falhas e riscos.

Implantação do sistema Comprasnet Contratos do governo federal

O sistema Comprasnet Contratos (CCon) encontra-se em fase de implantação no TRE-RN. Todos os contratos do Tribunal já se encontram registrados nesse sistema, assim como as garantias contratuais e o cadastro de fiscais e gestores. Algumas funcionalidades do Ccon estão passando por adequações pelo órgão gestor (Ministério da Economia), como é o caso da vinculação das notas de empenho a seus respectivos contratos, o que influencia a gestão financeira por meio do Comprasnet, ainda inoperante no Tribunal. Além disso, está sendo preparada a rotina de cadastramento dos terceirizados, o que depende da formatação de uma planilha a ser preenchida pelos fiscais dos contratos em que há emprego exclusivo de mão de obra.

MODERNIZAÇÃO NORMATIVA

Aprimoramento da política de contratações

Visando à melhoria contínua da política de contratações da Casa e o alinhamento às disposições contidas na Resolução-CNJ nº 347/2020, que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário, assim como às da Resolução-CNJ nº 400/2021, que trata da política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, o TRE-RN criou em 2022 grupo de trabalho com o propósito de revisar a Portaria-GP nº 217/2019, que instituiu em 2019 a Política de Contratações do TRE-RN.

Em maior dimensão, o aprimoramento constante da política de contratações vai ao encontro das diretrizes firmadas no Acórdão-TCU-Plenário nº 2.831-44/15, relacionadas à necessidade de melhoria das práticas de governança e gestão das contratações, e às recomendações contidas no Acórdão-TCU-2ª Câmara nº 6.188/2016, sobre a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações do TRE-RN.

Atualização normativa do processo de trabalho Gestão e Fiscalização das Contratações

Outro importante avanço na área de Administração, Orçamento e Finanças foi a revisão da Portaria-GP nº 104/2014 e a regulamentação da gestão e fiscalização de contratos no âmbito do TRE-RN. Nesse sentido, em novembro de 2021, foi publicada a Portaria-GP nº 201/2021, que aprovou o *Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do TRE-RN*.

Esse manual também definiu os papéis dos fiscais, dos gestores e da unidade técnica. A mudança na modelagem desse processo de trabalho trouxe a inovação da figura do "gestor de contrato" (Instrução Normativa nº 5), responsável por gerir o contrato com a assistência dos fiscais designados.

Política de gestão de riscos em Orçamento e Contratações

Um grande desafio a ser enfrentado pela instituição é avançar na implantação da gestão de riscos nos processos de trabalho da área de Orçamento e Contratações. Embora estejam em andamento o mapeamento e a revisão dos riscos de alguns processos importantes, como o de Contratações (planejamento e seleção do fornecedor/gestão e fiscalização de contratos), o gerenciamento de riscos necessitará de um olhar aprofundado do gestor, a fim de mitigá-los.

Atualmente o nível de maturidade das unidades administrativas do TRE-RN em gestão de riscos é inicial, mas a matéria vem sendo incorporada aos poucos no âmbito da Saof, com apoio do Escritório de Processos Organizacionais e Riscos (Epor).

Regularização contábil, financeira e patrimonial dos imóveis do TRE-RN

Uma das grandes iniciativas da atual gestão foi o impulsionamento da regularização da situação patrimonial, contábil e financeira dos imóveis da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte. Algumas pendências relativas a sua regularização foram apontadas na Auditoria de Contas Anuais do exercício de 2020 (PAE nº 9.412/2020).

O setor de contabilidade do TRE-RN, no entanto, já havia destacado a necessidade de regularização de alguns desses imóveis em diversos processos administrativos, desde 2012, porém a reduzida força de trabalho no âmbito da Seção de Engenharia do Tribunal impossibilitou a adoção de providências concomitantemente à construção da nova sede do TRE-RN, atividade prioritária de diversas gestões, em razão da necessidade de utilização adequada dos recursos orçamentários descentralizados para esse fim.

No decorrer do exercício de 2021 e 2022, diversas iniciativas foram empreendidas pela Saof com vistas à solução das pendências apontadas, muitas das quais envolvendo tratativas da Administração com órgãos externos, tendo sido objeto de avaliação da Audi no PAE nº 4.154/2021, ocasião em que foi constatado avanço em relação às pendências apontadas no exercício anterior.

No que diz respeito à regularização dos imóveis durante o biênio 2020-2022, no entanto, há que se ressaltar que o maior desafio foi impulsionar essa regularização nos órgãos externos, seja pela morosidade na tramitação processual, seja pelos entraves burocráticos advindos das normas regulamentadoras a que estão submetidas as instituições municipais e estaduais.

Regularização de doação de terrenos visando à obtenção de escritura pública

Terreno do Fórum Eleitoral Dr. Roldão Gurgel Diniz (Caicó-RN)

O Cartório Eleitoral de Caicó foi construído em 2007 e faz parte de um complexo administrativo denominado Cidade Judiciária de Caicó. Assim como os prédios dos demais órgãos públicos instalados na Cidade Judiciária, porém, o prédio do TRE-RN, a despeito do grande lapso temporal decorrido desde a sua construção, ainda não possui escritura pública – em razão da pendência de desmembramento da gleba pela Prefeitura Municipal de Caicó. Em consulta ao processo administrativo protocolado pelo Tribunal na Procuradoria Geral do Estado, verificou-se que ele não foi movimentado entre os anos de 2007 e 2021, ocasião em que um novo ofício (PAE nº 12.341/2021) foi protocolado pelo Regional, desta feita dirigido tanto à PGE-RN quanto à Sead-RN, manifestando interesse na regularização do imóvel, assim como encaminhando, desde já, os documentos relativos à área ocupada.

A Saof solicitou à PGE-RN acesso externo ao Processo nº 01110023.000688/2019-11, no SEI-PGE, e vem acompanhando a tramitação processual, a fim de garantir celeridade às etapas subsequentes, no que tange às providências a serem eventualmente tomadas pelo Tribunal.

Terreno do Cartório Eleitoral de Mossoró

Em reunião realizada em abril de 2022 entre o TRE-RN, o Cartório de Registro de Imóveis e a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Serviços Urbanos de Mossoró – foram definidas as medidas a serem adotadas para o desmembramento do terreno e sua regularização. O acompanhamento das providências frente à Prefeitura de Mossoró está sendo realizado pela Seção de Engenharia do Tribunal (Processo nº 454/2006 - Protocolo SADP nº 5.392/2006).

Terrenos do edifício-sede, do Fórum Eleitoral da Capital e do Coje

A obra de construção do edifício-sede do TRE-RN não teve emissão de termo de recebimento definitivo, devido ao fato de o Tribunal haver rescindido unilateralmente o contrato com a construtora, por inexecução, dado que esta não concluiu as alterações exigidas pela vistoria do Corpo de Bombeiros do RN em 9 de março de 2018. Essa pendência obsta a emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), antigo "Habite-se".

Além disso, a construtora abandonou o contrato sem entregar ao TRE a quitação da matrícula CEI da obra (certidão negativa de débitos previdenciários relativa à matrícula específica de imóveis), fato que impediu a Administração de obter a regularização do prédio perante a Receita Federal e a Prefeitura.

O TRE-RN vem, contudo, realizando esforços para atender às exigências de obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. Para tanto, está em tramitação o PAE nº 8.381/2021, que tem por objetivo a contratação de serviços técnico-especializados em engenharia mecânica e elétrica para emissão dos laudos e pareceres técnicos requeridos. Outras contratações de menor porte serão ainda realizadas para esse mesmo fim. As contratações atenderão à regularização do edifício-sede perante o Corpo de Bombeiros, restando pendente a quitação das matrículas CEI da obra frente à Receita Federal.

Cartórios eleitorais

Durante o exercício de 2022, novas tratativas foram mantidas com a SPU (PAE nº 2.832/2022), desta vez para autorização do cadastro das benfeitorias referentes às construções dos cartórios eleitorais de Ceará-Mirim, Macaíba, Parnamirim e Nísia Floresta – de forma a sanar inconsistências entre o SPIUnet e o Siafi. Esses imóveis possuem pendências documentais por parte das construtoras contratadas, as quais não emitiram a certidão negativa de débitos (CND) relativa à matrícula CEI (Receita Federal), o que impede a averbação das benfeitorias nos cartórios de registro de imóveis.

Nos autos do PAE nº 2.832/2022, foi juntado o Ofício-GP nº 161/2022, de 12 de maio de 2022, que solicita a autorização da SPU para o cadastramento desses imóveis no SPIUnet, tendo sido obtida essa autorização, conforme noticiado no Ofício-SEI nº 149.938/2022/ME.

O próximo passo será a regularização dos imóveis, com a incorporação de informações no SPIUnet (visando ao cadastro na SPU), o que levará à regularização do saldo de R$803.415,87 da conta contábil "Obras em Andamento".

Restam as pendências dos imóveis de Caicó e Mossoró, cuja regularização depende de ações de outros entes públicos, já impulsionadas pelo Tribunal.

Fórum Eleitoral de Natal

Avaliação de imóveis da Justiça Eleitoral do RN

A realização de avaliação de imóveis é conduta recomendada pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) com a finalidade de atender determinação do Tribunal de Contas da União. O TRE-RN, no exercício de 2020, realizou licitação para contratação de empresas especializadas em avaliação de imóveis, a fim de cumprir as recomendações dos órgãos de controle externo.

Foram licitadas e contratadas todas as avaliações de imóveis de interesse da Justiça Eleitoral no Estado, mas somente as dos lotes relativos ao Fórum de Natal, ao edifício-sede e a outros 22 imóveis do Interior foram integralmente entregues pelas contratadas.

Ao término do prazo de execução dos contratos, o lote que contemplava a sede antiga do Tribunal e vários imóveis do Interior (alugados ou próprios) não foram avaliados.

Considerando a falta de previsão orçamentária para atendimento da demanda no exercício de 2021, assim como a necessidade de prosseguir com o andamento das providências relativas à avaliação dos imóveis da Justiça Eleitoral do RN, a Saof sugeriu à Administração a criação de um Grupo de Trabalho que avaliou metodologia simplificada adotada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná para atualizar o valor dos imóveis do Tribunal no SPIUnet e sugeriu a adoção de procedimento similar, tendo sido este autorizado no PAE nº 770/2021, visando à celeridade e economicidade.

O processo de avaliação será iniciado pela Seção de Gestão Patrimonial (Sepat), que verificará anualmente os imóveis em uso pelo TRE-RN que necessitam de avaliação/atualização de valor.

As avaliações serão preferencialmente realizadas pela Senge (o valor do terreno será obtido com a prefeitura do respectivo município e o das benfeitorias, por meio do método evolutivo definido na NBR nº 12.721/2006).

Melhoria dos indicadores relativos à execução orçamentária e aderência entre contratação e orçamento

Não obstante os resultados obtidos durante o biênio quanto à execução orçamentária, tendo o TRE-RN se destacado entre os Regionais nos indicadores relativos a limite de pagamento e percentual de perdas orçamentárias (2020), e limite de pagamento e percentual de inscrição em restos a pagar (2021), há que se ressaltar o constante desafio em manter o bom desempenho e avançar na aderência entre o planejamento das contratações e o orçamento aprovado para as despesas do órgão, ressaltando-se que a aderência entre a execução orçamentária e o planejamento inicial tem sido bastante afetada em razão dos efeitos da pandemia, implicando a necessidade de vultosos ajustes no decorrer dos exercícios. Além desses fatos, um planejamento orçamentário mais apurado durante a fase de elaboração da proposta poderá resultar em melhores índices de aderência à proposta orçamentária. Nesse sentido, o TRE-RN já vem adotando metodologia que conta com a participação da AGE na fase de elaboração da proposta, juntamente com a Administração (DG e secretários) e as demais unidades.

Execução Orçamentária 2020

Coube a esta Administração a execução final do Orçamento de 2020, contemplando o orçamento consignado na LOA e o orçamento de Pleitos Eleitorais destinados às Eleições Municipais de 2020, cujo resultado final foi o seguinte: dotação orçamentária

Perdas Orçamentárias do TRE-RN - 2021

Ação Governo	Plano Orçamentário		Dotação Atualizada (A)	Despesas Empenhadas (B)	Não Empenhado (C = A - B)	RP não Proc. Inscritos (D)	RP não Proc. Pagos (E)	RP não Proc. Não Pagos (F = D - E)	Dotação Total (G = A + D)	Não Executado (H = C + F)	% Não Emp. (I = C/A)	% Não Exec. (J = H/G)
136Y	0000	Ampliação do depósito de armazenamento de urnas no município de Natal	140.000		140.000				140.000	140.000	100,0%	100,0%
20GP	0001	Julgamento de causas e gestão administrativa	17.878.197	17.697.629	180.568	430.242	405.522	24.720	18.308.439	205.288	1,0%	1,1%
	0002	Capacitação e recursos humanos	156.763	156.607	156				156.763	156	0,1%	0,1%
	0003	Reforma de cartório eleitoral no município de Natal	722.896	695.490	27.406				722.896	27.406	3,8%	3,8%
	EJE0	Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral (EJE)	41.392	38.988	2.404				41.392	2.404	5,8%	5,8%
Total			18.939.248	18.588.714	350.534	430.242	405.522	24.720	19.369.490	375.254	1,9%	1,9%
										Média Regional	3,0%	7,6%
										Média Nacional	1,2%	22,5%

Fonte: Tesouro Gerencial

total autorizada de R$176.055,488,00, dos quais R$19.703.344,00 correspondem à ação 20GP (Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral), principal ação orçamentária, que abarca a totalidade das despesas discricionárias do TRE-RN. Desse montante, foram empenhados R$19.698.239,00 e pagos R$19.287.806,00, resultando em um percentual de 97,9% de efetivo pagamento, restando irrisórios R$5.104,00 de perda orçamentária.

Execução Orçamentária 2021

Em relação ao exercício financeiro de 2021, as despesas discricionárias, que englobam as ações orçamentárias Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral e Ampliação do Depósito de Urnas no Município de Natal-RN, totalizaram uma dotação autorizada de R$18.915.439,00.

Tendo em vista ter sido esse um ano bastante atípico, em decorrência da Pandemia da Covid-19, foi necessário ajustar as várias despesas previstas no orçamento, em decorrência das medidas de combate adotadas (como o trabalho remoto), objetivando otimizar a execução orçamentária diante da obrigatoriedade do orçamento impositivo.

O TRE-RN teve ótimo desempenho em três dos quatro indicadores estabelecidos para a Justiça Eleitoral, superando com folga todas as metas estabelecidas, exceto a de Execução Planejada, que em decorrência da pandemia impediu a realização de dotações destinadas a Obras, além de influenciar na execução em desacordo com o planejado em vários outros tipos de despesa.

Cumpre destacar o excelente desempenho principalmente nos indicadores Utilização do Limite de Pagamentos e Inscrição em Restos a Pagar, em relação aos quais o TRE-RN figurou no quarto e no segundo lugar. Para que tais índices de desempenho fossem alcançados, foi realizado um acurado acompanhamento da execução orçamentária durante o exercício, bem como a realização de reuniões periódicas com as unidades administrativas nos momentos que antecederam as fases de alterações orçamentárias, de forma a identificar economias e demandas, objetivando a otimização da utilização das dotações consignadas ao TRE-RN.

Despesas discricionárias do TRE-RN - 2021

INDICADOR	PESO	2021		
		META	DESEMPENHO	RANKING
PERDAS ORÇAMENTO IMPOSITIVO	4	10,0%	1,9%	18º
UTILIZAÇÃO LIMITE PAGAMENTOS	3	80,0%	91,5%	4º
EXECUÇÃO PLANEJADA	2	70,0%	63,6%	23º
INSCRIÇÃO RESTOS A PAGAR	1	20,0%	2,8%	2º
DESEMPENHO UNIFICADO		82,0%	89,1%	11º

NOTA: Para os indicadores de Perdas Orçamentárias e Restos a Pagar a Inscrever, busca-se atingir o menor percentual.

Exercício Financeiro de 2022

No corrente exercício (2022), a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 14.303/2022) consignou para o TRE-RN uma dotação total de R$170.167,092,00, contemplando as despesas obrigatórias (Pessoal e Benefícios) e discricionárias (Ação 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – e 219-Z - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União).

Em relação às despesas discricionárias, as dotações orçamentárias disponibilizadas na LOA 2022

para atendimento das despesas de custeio e investimento do TRE-RN totalizaram R$25.476.227,00, assim distribuídas por grupo de despesa:

GND 3 - Custeio	R$ 21.676.458,00
GND 4 - Investimento	R$ 3.799.769,00

Execução orçamentária - Despesas Discricionárias (Ações 20GP e 219-Z) - 31/5/2022

GND	Dotação atual	Disponível	Empenhado	Pago	% pago
3	21.676.458,00	7.189.570,20	12.671.377,18	3.955.619,13	18,24 %
4	3.799.769,00	2.922.836,86	4.148,00	772,20	0,02 %

Proposta Orçamentária 2023

A proposta orçamentária para o próximo exercício financeiro, seguindo cronograma de atividades definido pela SOF/TSE, foi encaminhada ao TSE de acordo com os referenciais orçamentários iniciais definidos, conforme quadro a seguir, estando pendente de definição dos limites finais, a serem oportunamente divulgados por aquele Tribunal Superior.

A elaboração da proposta orçamentária foi realizada por meio de análises comparativas com a execução verificada no exercício anterior e após reuniões havidas entre as diversas unidades administrativas e a área orçamentária, que a partir deste ano passou também a contar com a participação de servidores da AGE, visando ao alinhamento das demandas com o planejamento estratégico da instituição.

Após definição dos limites referenciais finais estabelecidos pela SOF/TSE, os valores constantes da Proposta Orçamentária 2023 foram os da tabela Despesas Discricionárias 2023.

Gestão administrativa e de infraestrutura

Manutenção predial de cartórios eleitorais, revitalizações e reformas

Considerando-se os gastos com diárias, ativação de pacotes de serviços de terceirizados e combustível para atender às solicitações de manutenções e de consertos de infraestrutura predial – muitos dos quais poderiam ser sanados diretamente no âmbito das zonas eleitorais com a utilização de suprimento de fundos para aquisição de materiais e pagamento de serviços localmente e em curto espaço de tempo –, foi proposta à Administração política de incentivo ao uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) por servidores lotados nos cartórios eleitorais, especialmente aqueles que abrigam mais de uma zona eleitoral, para utilização, sempre que possível, de pagamentos destinados a pequenos consertos nos prédios, sobretudo aqueles urgentes, em razão do caráter antieconômico do deslocamento da equipe de manutenção predial da sede do Tribunal para o Interior do RN.

Todo esse esforço busca solucionar problemas enfrentadas por diversas zonas eleitorais do Estado para efetivação de pequenos consertos, que em muitos casos não podem ser atendidos com a devida celeridade.

De forma paralela, após levantamento presencial das condições de cada imóvel, foi elaborado pela Senge um plano de manutenção e de revitalização das zonas eleitorais do interior do Estado. Essa ação permitiu minimizar o número de chamados, uma vez que as manutenções foram realizadas de forma programada, levando-se em consideração as condições de cada imóvel, bem como a proximidade entre eles. Além disso, o plano de manutenção subsidiou a tomada de decisão para eleger quais imóveis próprios seriam revitalizados.

Durante o biênio, foram realizadas as revitalizações apresentadas na tabela, com vistas à preservação do patrimônio público e ao funcionamento adequado do órgão. Duas delas foram de grande porte (Natal e Mossoró) e uma terceira se encontra em andamento (Caicó).

Ano de Revitalização	Prédio
2020 (iniciado em 2019 e concluído em 2020)	Parnamirim* Nísia Floresta* São José de Mipibu*
2021	João Câmara Mossoró Nova Cruz Santo Antônio São Gonçalo do Amarante Fórum Natal
2022	Caicó** COJE***

* Execução dos serviços de outubro a dezembro de 2020.
** Destaca-se que a revitalização do imóvel da cidade de Caicó já foi contratada e a execução dos serviços está prevista para se iniciar em junho de 2022, conforme processo em tramitação (PAE n° 1.452/2022).
*** Em fase de planejamento (PAE nº 2.483/2022).

Despesas Discriconárias 2023	Valor (R$)
Capacitação de Recursos Humanos- EJE	355.000,00
Capacitação de Recursos Humanos- EJE-TIC	100.000,00
Ampliação de Cartório Eleitoral no Natal-RN*	20.000,00
Manutenção Geral	24.247.949,00
Pleitos Eleitorais - manutenção preventiva das urnas	224.311,00
Total	**24.947.260,00**

No sentido horário: Fórum Eleitoral de Santo Antônio, Fórum Eleitoral de Nova Cruz e Fórum Eleitoral de Mossoró

3 Eventos

Esteve em relevo em toda a gestão a preocupação socioambiental, que tem sido uma das principais pautas do Judiciário em todo o país, em razão de sua importância para o pacto civilizatório que se faz cada vez mais necessário em torno das questões relativas ao meio ambiente

Entre os eventos comemorativos da Semana do Meio Ambiente do TRE-RN mereceram destaque a distribuição e troca de mudas de plantas

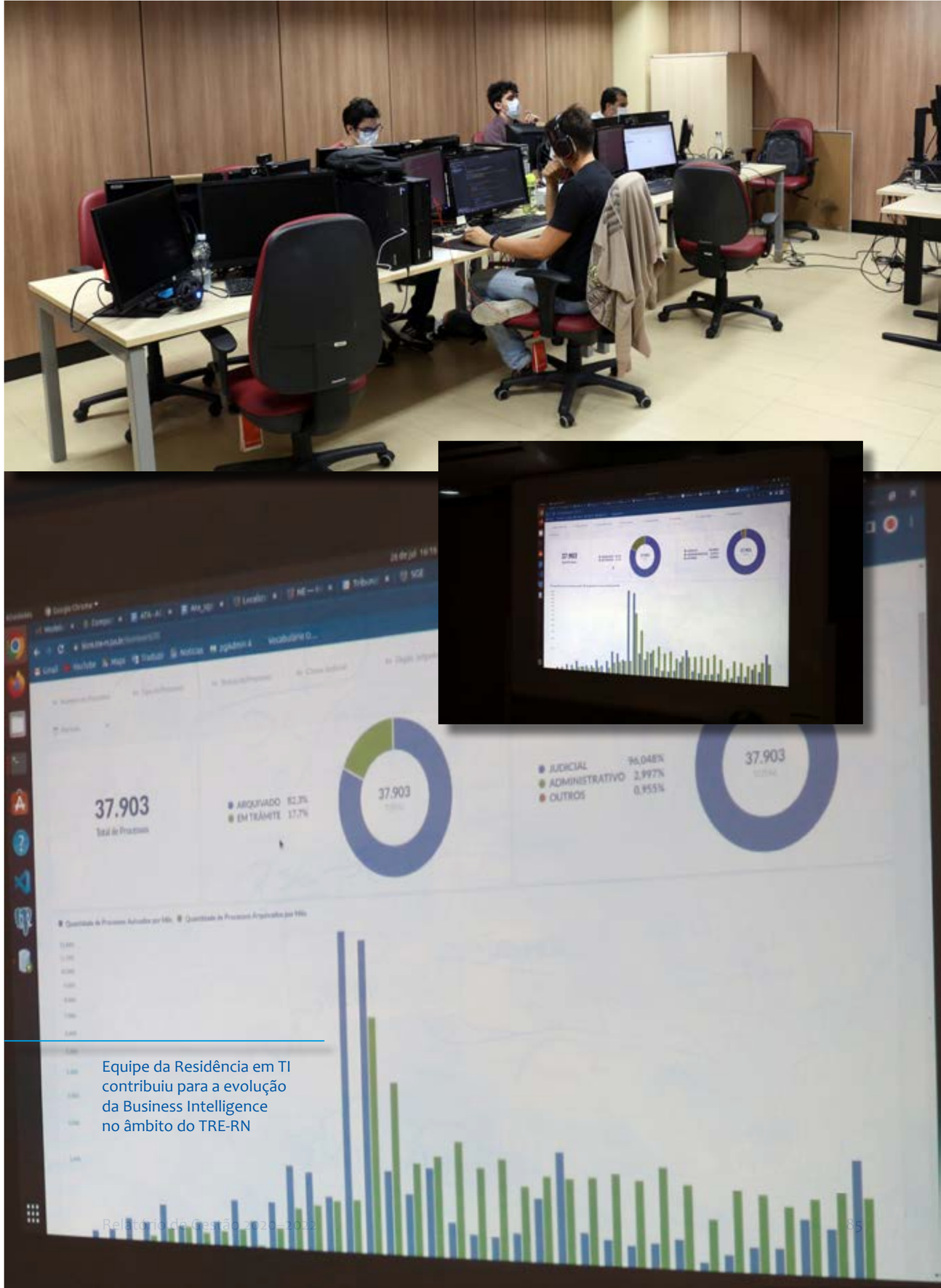
da vegetação nativa e o encontro realizado no Parque das Dunas, com presença da população local e dos colaboradores da Justiça Eleitoral e seus familiares

Tecnologia da Informação e Eleições

No campo da Tecnologia da Informação, o TRE-RN assumiu como missão a diretriz de prover a instituição de soluções tecnológicas para o gerenciamento de dados e informações que auxiliassem no processo decisório e possibilitassem a ampla divulgação do desempenho institucional, para fins de *accountability*. Entre essas soluções, estão o desenvolvimento e aprimoramento da Business Intelligence (BI), o programa de residência em TI e a modernização dos sistemas administrativos, detalhados a seguir, dentre outros.

Painéis de Business Intelligence como inovação gerencial

Projeto	Descrição
Painel de Resultados das Eleições 2020	Análise e organização de dados eleitorais para a implementação de painel de BI com informações relativas ao resultado das Eleições Municipais de 2020. Para possibilitar o uso de novas tecnologias, foi necessário aprimorar a arquitetura de BI do Regional, que passou a rodar em ambiente conteinerizado, visando a garantir maior flexibilidade, modularidade, segurança e facilidade de implantação.
Inteligência de Negócio aplicada à Auditoria Interna	Análise e desenvolvimento de portal da web com painéis contendo informações relacionadas à auditoria interna do TRE-RN, de modo a permitir o monitoramento das recomendações de auditoria realizadas, assim como a gestão de auditorias em andamento, como a auditoria financeira e de conformidade de contas anuais, dentre outras.
Painel de Gestão dos Logs das Urnas Eletrônicas	Análise e organização de dados obtidos a partir dos registros internos das urnas eletrônicas (*logs* das urnas) visando à implementação de painel contendo informações e estatísticas relacionadas às Eleições.
Inteligência de Negócio aplicada à Secretaria Judiciária	Análise e organização de dados judiciais visando à elaboração de painéis de BI para a área Judiciária, com dados relacionados ao Acompanhamento de Processos tratados pelo Sistema iPleno, Atas de Distribuição, Relatório de Gestão de Processos, Prestação de Contas, Dados Gerenciais e Indicadores e Metas do PJ.
Inteligência de Negócio aplicada à Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica	Análise e organização de dados visando à elaboração de painéis de BI para a área de Sustentabilidade, com dados relacionados ao Consumo de Copos Descartáveis, Resmas de Papel A4, Água Mineral, Materiais Diversos, Impressões Realizadas, Resíduos Gerados, Energia Elétrica Produzida, Energia Elétrica Consumida, Telefonia (Oi e Vivo) e Água Consumida (Caern e SAAE).
Inteligência de Negócio Aplicada à Corregedoria Regional Eleitoral	Implantação dos painéis de BI desenvolvidos pelo TRE-PR relacionados ao acompanhamento de indicadores de processos judiciais, assim como o desenvolvimento de painéis locais com informações complementares. A ferramenta se mostrou de fundamental importância para as zonas eleitorais aprimorarem seus relatórios processuais e para a Corregedoria acompanhar, em tempo real, o andamento dos processos no primeiro grau, contribuindo para maior celeridade na tramitação dos feitos.
Inteligência de Negócio aplicada à Secretaria de Gestão de Pessoas	Melhorias e ajustes evolutivos nos painéis de BI voltados à Secretaria de Gestão de Pessoas, além do desenvolvimento de novos painéis para a Coordenadoria de Benefícios e Pagamento, relacionados às áreas de Cálculos e Conferências, Folha de Pagamento e Gestão de Benefícios.



Equipe da Residência em TI contribuiu para a evolução da Business Intelligence no âmbito do TRE-RN

Programa de Residência em TI

A Residência em TI é um programa da Secretaria de Tecnologia da Informação e Eleições realizado em parceria com o Instituto Metrópole Digital (IMD), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cujo objetivo é inserir os residentes em ambientes e projetos reais de Tecnologia da Informação, além de promover a capacitação em nível de pós-graduação *lato sensu* e promover o desenvolvimento de mão de obra qualificada.

Em junho de 2022, foi iniciada a terceira edição do programa, que conta atualmente com 12 residentes e terá duração de 18 meses, com encerramento previsto para dezembro de 2023.

O conteúdo programático do curso consiste em aulas teóricas às sexta-feiras no IMD, durante dois meses, e atividades práticas no TRE-RN, de segunda-feira a quinta-feira, até o fim da pós-graduação, em forma de projetos na área de inovação. A assistente virtual Celina, por exemplo, é um dos vários produtos que surgiram da Residência em TI no Tribunal.

A Residência também foi responsável por muitas das melhorias institucionais na área da Business Intelligence (BI), tais como:

- melhoria da arquitetura da solução, que passou a rodar em ambiente conteinerizado e com maior flexibilidade e modularidade, inclusive, com a implementação de um *hotsite* na Internet para visualização de dados;
- elaboração de painéis de BI para a área de Auditoria Interna do TRE-RN, o que permitiu o monitoramento das recomendações das auditorias realizadas, assim como a gestão daquelas em andamento, como a auditoria financeira e de conformidade de contas anuais, dentre outras.

Houve também a elaboração de painéis de BI voltados à gestão dos *logs* gerados pelas urnas eletrônicas utilizadas nas últimas eleições e para a área de Sustentabilidade, neste caso com dados relacionados ao consumo de copos descartáveis, resmas de papel A4 e água mineral, dentre outros. Também são coletadas informações sobre quantitativo de impressões realizadas, geração de resíduos, energia elétrica produzida e consumida, telefonia Oi, telefonia Vivo e água consumida (Caern e SAAE).

Para a área Judiciária foram ainda elaborados painéis de BI com dados relacionados ao acompanhamento de processos tratados pelo sistema iPleno, atas de distribuição, relatório de gestão de processos, prestação de contas, dados gerenciais e indicadores e metas (PJe).

Houve também melhorias e ajustes evolutivos procedidos nos painéis de BI voltados à Secretaria de Gestão de Pessoas, além do desenvolvimento de novos painéis para a Coordenadoria de Benefícios e Pagamento, relacionados às áreas de Cálculos e Conferências, Folha de Pagamento e Gestão de Benefícios.

Realizações da Residência em TI

Produtos em atualização e/ou desenvolvimento

Aplicativo Móvel Servidor JE – Destinado a servidores, estagiários, residentes e terceirizados do TRE-RN, com a finalidade de melhorar o processo interno de comunicação institucional.

Aplicativo Móvel TRE-RN Sociedade - Destinado a melhorar a comunicação entre o TRE-RN e o público externo (eleitores, candidatos, professores, profissionais de Imprensa, magistrados, mesários, partidos, alunos, advogados etc.).

Sistema de Comunicação Institucional – Canal de comunicação entre a Administração e os usuários dos aplicativos móveis Servidor JE e JE Sociedade.

Chatbot para o 77° Encontro do COPTREL - A proposta deste projeto foi a de demonstrar o uso de chatbots no 77° Encontro de presidentes dos Regionais.

Chatbot para os eleitores - Robô inteligente destinado a prestar esclarecimentos cartorários ao eleitor, tanto de forma geral quanto personalizada, a qualquer hora do dia, mesmo nos fins de semana. O robô também estará integrado às bases de dados e a outros sistemas em uso no TRE-RN, como o ELO e o Agendamento. A proposta é prestar o atendimento inicial ao eleitor e, caso necessário, encaminhá-lo ao Cartório Eleitoral mediante atendimento agendado.

Chatbot para acompanhamento de processos judiciais - A proposta deste robô de atendimento é informar ao advogado a movimentação dos processos de interesse do causídico e enviar mensagem a seu Facebook Messenger.

Elementos de infraestrutura

Servidor de imagens - Voltado à instalação remota de sistemas operacionais.

Segurança da rede cabeada – Implementação de mecanismo de autenticação na rede cabeada do TRE-RN (Padrão IEEE 802.1x).

Melhoria da rede cabeada do TRE-RN - Verificação e otimização da rede cabeada do prédio administrativo do TRE-RN.

Melhoria da rede Wi-Fi (sem fio) – Otimização da rede Wi-Fi do prédio administrativo do TRE-RN e disponibilização de Wi-Fi nos cartórios do Interior.

Dashboards integradas ao GLPI - Dashboards no Grafana com informações sobre ativos de redes, com alertas e integração com sistema de chamados GLPI.

Gerência de *logs* do TRE-RN - Gerência centralizada de *logs*.

Análise de *logs* do TRE-RN - Análise e monitoramento avançado de *logs*.

Mapeamento dos ativos de rede com Zabbix – Mapeamento dos ativos de rede com Zabbix, com alertas no rocket.chat.

Incremento das ações relacionadas à segurança da informação e segurança cibernética

Também foi diretriz da gestão o aprimoramento contínuo da segurança da informação no âmbito da Justiça Eleitoral do RN, mediante ações e projetos de desenvolvimento de controles que fortalecessem a proteção de dados e documentos.

Projeto	Descrição
Implantação de solução automatizada de gerenciamento de vulnerabilidades em servidores e serviços de infraestrutura	Foi adquirida licença corporativa para uso da solução unificada de gestão de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação e aplicações web, compreendendo aquisição de serviços de *software* e suporte técnico. Entre os resultados pretendidos, estão: • testar os ativos de TI em busca de vulnerabilidades em sistemas operacionais e servidores de aplicação, sejam elas relativas a atualizações ou a configurações de serviços (ou a outras falhas técnicas); • testar os ativos de TI em busca de quaisquer vulnerabilidades em aplicações web e páginas web, internas e externas, comparando as bases de dados de vulnerabilidades mantidas por organizações especializadas em segurança da informação e por grandes fabricantes de *software*; e • fornecer relatórios dos testes realizados (das vulnerabilidades encontradas e de sua correção) necessários ao acompanhamento das atividades de identificação, análise, priorização e mitigação de riscos; e • capacitar os servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Eleições (Stie) no uso da ferramenta de gestão de vulnerabilidades.
Capacitação e formação do público interno	A Justiça Eleitoral busca soluções com maior prioridade e maior grau de criticidade em relação à segurança cibernética. Importa ressaltar que um dos polos mais fracos da segurança de TIC são os usuários internos, motivo pelo qual se verifica a grande importância de inseri-los no processo de uma Justiça Eleitoral mais segura. Dessa forma, a Administração patrocinou a capacitação do corpo técnico de TI e dos demais servidores com ações como o Curso de Introdução à Segurança da Informação, obrigatório para todos os servidores, e a publicação mensal do informativo *Segurança em Foco*.
Atualização de firewall	Com a atualização do *cluster* de *firewall* do TRE-RN, será possível dar continuidade às atualizações de segurança de modo a impedir que ameaças mais recentes causem danos à instituição. Além disso, será percebida uma melhora significativa na velocidade de acesso, uma vez que o Tribunal possui dois *links* de 1 Gbps (o *firewall* antigo não tinha processamento suficiente para essa demanda).

Modernização dos sistemas administrativos

Projeto	Descrição
Desenvolvimento do Sistema de Registro de Atividades (SRA)	Implantação de sistema que possibilita o registro das atividades diárias dos servidores do TRE-RN a partir de um catálogo mantido pelo chefe da unidade. O sistema permite a vinculação das atividades a projetos em andamento e a entregas definidas pelos setores em decorrência da Distribuição de Força de Trabalho (DFT) implementada pela Secretaria de Gestão de Pessoas. Também é possível a realização de ateste das atividades por parte da chefia imediata.
Desenvolvimento do Sistema de Atas de Reunião (Satas)	Implementação de sistema de gerenciamento das atas das reuniões realizadas pelas unidades, grupos e comitês do Tribunal. O sistema possibilita criação, agendamento e registro dos assuntos debatidos nas reuniões, assim como o controle das pendências atribuídas aos participantes. Também permite o controle centralizado das assinaturas das atas pelos participantes, com uso de certificados digitais A3, padrão ICP/Brasil.

A equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação e Eleições vem ganhando destaque pela implementação progressiva e sistemática de mecanismos de governança e por ações de planejamento que impactam positivamente a realização dos pleitos eleitorais no Rio Grande do Norte.

Modernização do parque computacional e implementação de tecnologias que possibilitam o trabalho remoto e o atendimento virtual

Projeto	Descrição
Aquisição de equipamentos e softwares de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para criação de uma infraestrutura de desktops virtuais	Esta aquisição permite oferecer ao corpo funcional *desktops* virtuais, acessíveis pela internet, que dispensam a utilização de *notebooks*/computadores com acesso VPN, por meio de uma solução robusta no datacenter, com o objetivo de simplificar e otimizar o acesso aos sistemas informatizados da instituição, bem como aprimorar a segurança da Justiça Eleitoral do RN como um todo.
Proteção dos equipamentos para possibilitar o trabalho remoto	Consiste no implemento de proteção a equipamentos (microcomputadores/ *notebooks*) disponibilizados para os servidores em regime de trabalho remoto, mediante ativação de *bitlocker*.
Aquisição de Access Points	Com a aquisição e instalação de um Access Point em cada zona eleitoral, será possível separar logicamente, por meio de VLANs, o tráfego de internet sem fio do tráfego da rede cabeada dos cartórios, de modo a otimizar a segurança dos dados que trafegam na rede da Justiça Eleitoral, minimizando assim a possibilidade de invasões.
• ***Parque computacional*** • **Notebooks *e câmeras (trabalho remoto)***	Aquisição de *notebooks* e câmeras para fins de melhoria dos recursos do teletrabalho e do trabalho remoto. A pandemia do novo coronavírus levou diversas instituições, tais como o TRE-RN, a utilizar mais intensivamente o trabalho remoto, o que fez surgirem demandas de recursos humanos e materiais para atender a essa nova realidade. Nesse contexto, destacou-se a aquisição de *notebooks* como equipamentos que contribuem para o bom desempenho do servidor no desenvolvimento de atividades funcionais em sua própria residência, pois facilitam seu uso fora do ambiente do Tribunal. Destacou-se ainda a aquisição de câmeras para todos os servidores, de forma a possibilitar que aqueles que utilizam *desktops* pudessem também exercer suas funções a distância, de modo pleno, participando inclusive de reuniões, videoconferências, cursos e atividades correlatas. As câmeras facilitam a realização de encontros virtuais mesmo durante o trabalho presencial, haja vista que o servidor pode deles participar permanecendo em sua própria sala, o que evita aglomerações. Essa possibilidade minimiza inclusive a necessidade de montagens de estruturas físicas exclusivamente para esse fim. Com a aquisição desses equipamentos, buscou-se garantir a manutenção da produtividade nos regimes de trabalho remoto e de teletrabalho, a fim de que a instituição continuasse a atingir suas metas de qualidade, prestando um bom serviço à sociedade.
Atualizar parque de TI das zonas eleitorais	As zonas eleitorais receberam nos últimos dois anos os seguintes equipamentos: *notebooks* (2), *webcams*, HD externo, projetor de vídeo, *nobreaks*, monitores e microcomputadores, a fim de melhorar a capacidade de trabalho e permitir a prestação de um melhor serviço à sociedade.

Avaliação do pleito de 2020 com base nos resultados das melhorias implementadas

O TRE-RN tem a cada ano de realização das eleições demandas e resultados específicos, em virtude da grandiosidade desse evento comandado pela Justiça Eleitoral. No ano de 2020, com a realização das Eleições Municipais para escolha dos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador ocorrendo excepcionalmente em 15 de novembro (1º turno), o Tribunal envidou esforços para otimizar o planejamento e o orçamento institucional, ampliar o controle sobre a execução orçamentária e garantir, mais uma vez, eficiência e eficácia em todas as fases do processo eleitoral.

Nesse ano, dentro do contexto pandêmico da Covid-19, várias foram as alterações de planejamento realizadas, inclusive quanto à fixação da data para a realização do pleito. A atual gestão, iniciada com o processo eleitoral já em andamento, apoiou o que fora planejado e acompanhou de perto as alterações necessárias para garantia das condições sanitárias exigidas pela ocasião, finalizando e acompanhando de perto as ações preparatórias indispensáveis ao sucesso da Eleição.

Como etapa do planejamento do pleito, foi elaborado o Plano Integrado das Eleições, que registra as inovações e as tarefas preparatórias para as Eleições 2020, além de elencar os responsáveis por executá-las e os períodos de execução.

Mereceu destaque nesse pleito incomum o empenho dos servidores que, mesmo num cenário de pandemia, não se isentaram de seu papel, apoiados pela Administração, concretizando o que foi planejado, dando segurança e garantindo a efetivação das Eleições. Foram adotados vários cuidados sanitários nas instalações da Justiça Eleitoral, bem como nos locais de votação, a fim de proteger eleitores, mesários e servidores.

Para a realização das Eleições Municipais de 2020, o Tribunal recebeu dotação orçamentária líquida de R$10.635.574,00, sendo R$5.524.332,00 destinados a Despesas de Pessoal e R$5.381.243,00 para Outras Despesas Correntes. Desse montante, foram pagos R$8.943.562,00, com o valor de R$1.692.012,00 inscrito em restos a pagar.

Iniciativas, destaques e providências referentes às Eleições Municipais 2020

Iniciativa	Descrição	Principais resultados (benefícios e impactos)
Redistribuição do Parque de Urnas Eletrônicas	Devido à restrição do Parque de Urnas Eletrônicas, foi necessária uma série de medidas de readequação do eleitorado, mediante agregações de seções eleitorais e transferências temporárias dos eleitores	Do parque de urnas eletrônicas do TRE-RN, 1.149 eram dos modelos 2006 e 2008, que, embora operacionais, não puderam ser utilizadas no pleito, em virtude de defasagem tecnológica, ou seja, foram urnas descartadas. Além disso, do total de urnas 2009 e 2010, 1.043 urnas foram encaminhadas para os Estados da Bahia e do Espírito Santo, que estavam com grande déficit no quantitativo necessário de urnas após o descarte de suas urnas 2006 e 2008. Desse modo, o parque de urnas do TRE-RN para as Eleições 2020 foi de 7.677 urnas eletrônicas, a serem distribuídas em 7.928 seções eleitorais.
Ampliação da Transmissão	Ampliação da tecnologia JE-Connect para realizar a transmissão do resultado da votação e de outros dados eleitorais diretamente do local de votação	A iniciativa proporcionou celeridade à divulgação do resultado da votação, pois não houve necessidade de aguardar a chegada das mídias de resultado nas Juntas Eleitorais para começar a transmitir os dados, visto que a transmissão foi realizada a partir do próprio local de votação. A ampliação do projeto objetivou alcançar a máxima abrangência possível no Estado, conforme evolução demonstrada a seguir: • 2016: 36 zonas, 68 municípios, 133 pontos de transmissão • 2018: 56 zonas, 130 municípios e 204 pontos de transmissão • 2020: 56 zonas, 135 municípios e 237 pontos de transmissão

Eleições Municipais Ordinárias 2020

Cargos em disputa

Prefeito municipal
Vice-prefeito municipal
Vereador

Total de municípios: 167

Vagas

Prefeito: 167
Vice-prefeito: 167
Vereador: 1.654

Pedidos de registro de candidatura: 10.557
Total de candidatos aptos: 10.065

Total de candidatos por vaga

Prefeito: 3,13/vaga
Vice-prefeito: 3,17/vaga
Vereador: 5,75

Eleitorado

Eleitorado apto a votar: 2.447.178
Eleitorado apto a votar com biometria: 4.420.690*
Eleitorado apto a votar sem biometria: 26.488
Total de eleitores com deficiência: 30.706
Comparecimento: 2.018.191 (82,47%)
Abstenção: 428.987(17,53%)

Mesários

Convocados: 25.838
Comparecimento: 24.649
Ausência: 1.189
Voluntários: 32,8%
Não voluntários: 62,7%

Estatística Processual

Processos autuados: 27.448
Processos de registro de candidatura: 11.573
Processos de prestação de contas eleitorais: 11.589

* Em decorrência da pandemia da Covid-19, não houve identificação biométrica do eleitor

Eleições Suplementares

O processo eleitoral não se encerra com a totalização dos votos no dia dos pleitos oficiais. Juridicamente, motivos supervenientes podem ensejar a realização de novas eleições. O TRE-RN organiza-se de modo igualmente sério e planejado para a realização das chamadas Eleições Suplementares.

No período da atual gestão, foi realizada pelo TRE-RN uma Eleição Suplementar para o cargo de prefeito e vice-prefeito do município de Guamaré-RN.

Para cada eleição suplementar, o Tribunal movimenta grande parte de suas seções, seguindo um fluxo de processo de trabalho já mapeado (PAE nº 14.553/2016), com o intuito de agilizar o trâmite administrativo e permitir que sejam realizadas novas eleições em tempo bem mais exíguo do que num pleito ordinário.

Data da eleição	7/11/2021
Município	Guamaré
Zona Eleitoral	30ª
Sede da ZE	Macau - RN
Eleitorado apto	14.771
Seções eleitorais	42
Agregação de seções	2
Total de seções operacionais	40
Total de locais de votação	11
Total de urnas eletrônicas	55
Pontos de apoio	2
Supervisor - Véspera	11
Supervisor - Dia	15
Pontos de transmissão descentralizada de resultados	4
Mesários	160
Junta Eleitoral	1
Número máximo de eleitores por seção	450
Orçamento com pessoal (R$)	79.937,00
Orçamento de custeio (R$)	37.976,00
Orçamento total (R$)	117.913,00

Planejamento e monitoramento das atividades planejadas para as Eleições 2022

Os ensinamentos e as boas práticas alcançados em pleitos imediatamente anteriores possibilitaram o aprimoramento dos mecanismos de planejamento e monitoramento dos processos e atividades das Eleições de 2022.

Finalizada a avaliação das Eleições 2020, a Administração, ato contínuo, deu o pontapé inicial ao planejamento do pleito de 2022, apoiando e aprovando a nova metodologia de elaboração do Plano Integrado das Eleições 2022 (Pielei 2022), resultado de um trabalho colaborativo e participativo dos servidores das unidades do Tribunal que atuam na preparação do pleito, inclusive representantes das zonas eleitorais, sob a coordenação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Eleições, com apoio e patrocínio da Administração do TRE-RN.

A Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte tem como missão "garantir a legitimidade e a segurança do processo eleitoral", o que, por essência, atribui ao documento de planejamento um importante papel à consecução dos objetivos da Casa. E é o cerne do Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte 2021-2016 (Pejern 2021-2026) o desdobramento da estratégia para alcançar os objetivos e as metas traçados, buscando sempre o alcance da missão precípua deste órgão de justiça.

Dados da Eleição	
Cargos em Disputa	Presidente Vice-Presidente Governador Vice-Governador Senador Deputado federal Deputado estadual
Data do 1º turno	2 de outubro de 2022
Data do 2º turno	30 de outubro de 2022
Dados do Rio Grande do Norte	
Eleitorado apto	2.451.913
Municípios do RN	167
Zonas eleitorais	60
Locais de votação	1.557
Seções eleitorais	7.940
Urnas eletrônicas	9.266
Mesários/ Colaboradores	35.782 (por turno)
Auxiliares de Eleições	371
Estagiários	76
Orçamento do pleito	R$ 9.930.287,00
Custo por eleitor	R$ 4,05

Iniciativas	Descrição/Resultados esperados
Elaboração de Planejamento participativo	O desenvolvimento do Plano Integrado das Eleições 2022 (Pielei) foi realizado de forma participativa por todos os setores competentes, tendo sido instituídos os grupos de trabalho permanente das Eleições, com participação de servidores das zonas eleitorais, estabelecidas as responsabilidades das unidades do Tribunal. Também foi criado o Grupo de Apoio das Zonas Eleitorais à Stie, ampliando as formas e os mecanismos de participação e validação dos servidores no processo de planejamento.
Atendimento híbrido do eleitor	Considerando a incerteza quanto às condições de saúde pública ainda decorrentes do novo coronavírus, o planejamento foi direcionado para o cenário de atendimento híbrido, em que o eleitor pode ser atendido de forma remota utilizando-se da ferramenta de autoatendimento Título Net, ou de modo presencial, para os eleitores que assim preferirem, além daqueles portadores de necessidades especiais e os excluídos digitalmente.
Desenvolvimento dos aplicativos móveis Servidor JE e TRE-RN Sociedade	O aplicativo Servidor JE é destinado ao público interno do TRE-RN, formado por servidores, estagiários, residentes, autoridades e terceirizados. Ele será utilizado para o recebimento de mensagens enviadas a partir do Sistema de Comunicação Institucional. Graças à possibilidade de envio de mensagens para grupos de forma segmentada, garante-se que as mensagens recebidas sejam majoritariamente de interesse do servidor, otimizando assim a comunicação pretendida. O aplicativo TRE-RN Sociedade é voltado à sociedade em geral. Ao acessá-lo pela primeira vez, é pedido ao usuário que indique as suas áreas de interesse relacionadas à JE, e a partir de então as mensagens enviadas via Sistema de Comunicação Institucional destinadas às áreas selecionadas serão recebidas pelo aplicativo.
Atendente Virtual do TRE-RN	A Atendente Virtual é um dos canais de atendimento ao público externo que visa a esclarecer as principais dúvidas dos eleitores quanto aos procedimentos e serviços prestados pela Justiça Eleitoral de forma automatizada, sem depender do contato com servidores.
Serviço Disque-Eleições 2022	O Disque-Eleições é um canal de atendimento por contato telefônico e aplicativo de mensagens instantâneas (Whatsapp Business) gratuito para o público externo e possibilita ao eleitorado potiguar obter informações e esclarecimentos que facilitem o exercício do voto nas Eleições 2022.
Desenvolvimento do Sistema Mesários e do Portal do Mesário	Encontra-se em desenvolvimento o Sistema de Mesários, que contará com o Portal do Mesário e funcionará como canal de inscrição ao mesário voluntário, além de servir como canal de comunicação dos mesários convocados para solicitar dispensa, confirmar presença em treinamento, obter declarações e justificar ausência.
Projeto "Saber com Urnas e Sistemas Eleitorais"	O projeto objetiva construir em plataforma de EaD curso que proporcione aos servidores e colaboradores que atuarão com urnas e sistemas eleitorais informações essenciais à maior segurança na coordenação e execução dos procedimentos com a UE e os sistemas eleitorais nas eleições oficiais, resultando em adequação das ações ao resultado esperado, maior celeridade e minimização de erros durante a preparação e execução das atividades dos pleitos.
Projeto "Agenda de Eventos Eleitorais"	O projeto consiste em elaborar agenda com o elenco dos eventos eleitorais e as atividades de logística das eleições, do Calendário Eleitoral, do Cadastro Eleitoral e dos simulados e testes em campo de urnas e sistemas eleitorais, mediante o cadastramento desses eventos e atividades em uma agenda virtual compartilhada na instituição. A agenda possibilitará que as unidades responsáveis pela preparação, execução e totalização das eleições 2022 recebam alertas sobre o prazo inicial e final de cada evento ou atividade, propiciando o correto direcionamento das ações e a execução das tarefas nos prazos previstos no planejamento, com a celeridade desejada.

1 Eleições 2022

O planejamento das Eleições no Rio Grande do Norte passou a contar com a participação dos juízes eleitorais, que juntamente com os chefes de cartório avaliam o resultado das atividades do pleito anterior e projetam as ações do próximo pleito

Um grande quantitativo de recursos visuais e audiovisuais de divulgação das atividades das Eleições é produzido a cada pleito pela área de Comunicação como forma de levar as mensagens da instituição ao eleitor por intermédio das redes sociais e de outros veículos da internet

2 Eleições 2022

A preparação das Urnas Eletrônicas é etapa essencial ao sucesso dos pleitos eleitorais oficiais do país, que têm início com o cadastramento do eleitor e o planejamento da Eleição em todas as suas fases

A edição deste relatório foi concluída em julho de 2022 em tipologia Candara, corpo 12.
As fotografias são do acervo do TRE-RN.
Infográficos produzidos pela Ascom.